

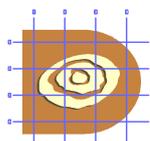
PLANO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
DIAGNÓSTICO DE SITUAÇÃO E VALORAÇÃO CIENTÍFICA

SISTEMA VIÁRIO DA MARGEM DIREITA
DO PORTO DE SANTOS / SP

L. D. DRA. ERIKA M. ROBRAHN-GONZÁLEZ

ARQUEÓLOGA RESPONSÁVEL

MARÇO / 2008



Caixa Postal: 822 · Cotia / SP · Cep 06.709-970
Fones/Fax: (11) 4169-4280 / 4169-9567 / 4169-9438
Email: arqueo@terra.com.br

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	2
2. CONTEXTO	5
3. CONCEITUAÇÃO CIENTÍFICA	21
4. DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	35
5. OBJETIVOS E ANÁLISE DE SITUAÇÃO	37
6. ATIVIDADES PROGRAMADAS E RESULTADOS	40
7. OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA	46
8. PARTES INTERVENIENTES / STAKEHOLDERS	51
9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	52
10. EQUIPE	53
11. BIBLIOGRAFIA	58
<u>ANEXO 1</u> : Mapa da área do empreendimento	68
<u>ANEXO 2</u> : Endosso Financeiro	71
<u>ANEXO 3</u> : Endosso Institucional	73

1. INTRODUÇÃO

O objetivo maior do presente trabalho, para o qual vem-se solicitar Portaria de Pesquisa IPHAN, é desenvolver um Plano de Gestão de Patrimônio Cultural do Sistema Viário da Margem Direita do Porto de Santos, dando atendimento às solicitações do IPHAN e do Ministério Público Federal e Estadual no que se refere ao desenvolvimento de estudos complementares e avaliações patrimoniais solicitados através dos seguintes documentos:

- Ata de Reunião de 18.02.08
- Informação Técnica de Arqueologia n. 01/08, de 21.02.08
- Embargo Extra-Judicial, de 27.02.08
- Ata de Reunião de 04.03.08
- Ofício 9ª. SR/IPHAN n. 098/08, de 06.03.08

Assim, em sua formulação, o presente Plano de Gestão levou em consideração os documentos acima elencados; os estudos já realizados e aqueles em desenvolvimento; as licenças ambientais obtidas e suas condições de validade; os parâmetros legais vigentes e aplicáveis ao empreendimento; e as diversas demandas surgidas ao longo da implementação e operação do empreendimento, organizados sob uma visão integrada.

Seus objetivos podem ser sintetizados em 3 grandes itens:

- 1) Desenvolver as atividades, estudos e avaliações exigidos pela Portaria Normativa IPHAN 230/08, de maneira a atualizar o Programa Arqueológico da obra em seu atual estágio de desenvolvimento (etapas LP e LI);

- 2) Realizar um diagnóstico de situação do Patrimônio envolvido, a definição e caracterização do possível patrimônio atingido pelas obras já executadas, a valoração científica de tal patrimônio e a indicação de medidas compensatórias cabíveis;
- 3) Apresentar um Programa de Pesquisa e Resgate do Patrimônio Cultural, a ser executado em momento futuro subsequente e como continuidade dos resultados obtidos pelo presente estágio, contendo descrição detalhada das atividades, metodologia, cronograma e equipe necessária. Este Programa deverá conter também ações voltadas à Educação Patrimonial.

O presente Programa traz a conceituação científica e proposta estratégica/operacional de desenvolvimento destes temas. O Programa visa, assim, atender a legislação e os instrumentos normativos brasileiros voltados ao patrimônio arqueológico, histórico e cultural, compreendendo:

- ✚ O Decreto-Lei n. 25, de 30.11.1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional;
- ✚ A Lei n. 3.924, de 26.07.1961, que proíbe a destruição ou mutilação, para qualquer fim, da totalidade ou parte das jazidas arqueológicas, o que é considerado crime contra o patrimônio nacional;
- ✚ A Constituição Federal de 1988 (artigo 225, parágrafo IV), que considera os sítios arqueológicos como patrimônio cultural brasileiro, garantindo sua guarda e proteção, de acordo com o que estabelece o artigo 216.
- ✚ Resolução CONAMA 01/1986
- ✚ Resolução CONAMA 07/1997
- ✚ Portaria SPHAN/MinC nº 07, de 01.12.1988, que normatiza e legaliza as ações de intervenção junto ao patrimônio arqueológico nacional.

- ✚ Portaria IPHAN/MinC nº 230, de 17.12.2002, que define o escopo dos estudos arqueológicos a serem desenvolvidos nas diferentes fases de licenciamento ambiental.
- ✚ Decreto nº 3.551 de 04.08.00, que criou um registro de bens culturais de natureza imaterial.

Para o desenvolvimento do Programa define-se um período de **6 meses**. Todavia, os trabalhos de campo serão elemento prioritário, uma vez que deverão buscar harmonizar as necessidades científicas e legais descritas ao longo do texto, com o cronograma de obras. Durante este período serão elaborados relatórios de andamento, devidamente protocolados no IPHAN, Ministério Público Federal e Estadual, visando acompanhamento e instrumentação das partes envolvidas.

2. CONTEXTO

O município de Santos, juntamente de seus vizinhos Guarujá, São Vicente e Cubatão, abrange um território que traz uma extensa história de ocupação humana, que recua pelo menos 4.500 anos atrás. Os vestígios mais antigos estão relacionados a diferentes grupos indígenas que se desenvolveram na região, ao longo do tempo. Já há aproximadamente 500 anos atrás (ou ainda, a partir da primeira metade do século XVI) a baixada Santista toma lugar de destaque nos diferentes processos históricos de colonização e formação da sociedade nacional, tendo participado ativamente nos macro-ciclos econômicos do país.

Todos estes processos deixaram grande quantidade e diversidade de vestígios físicos (na forma de sítios arqueológicos e/ou históricos) e paisagísticos, resultando em um complexo cultural unificado que hoje compõe a cidade de Santos, onde o tempo e os espaços se misturam.

O texto que se segue traz uma síntese destes contextos de ocupação humana, com objetivo de fornecer um enquadramento inicial da natureza e diversidade do patrimônio cultural envolvido na análise do Sistema Viário da Margem Direita do Porto de Santos, objeto do presente Programa.

2.1 Contextos arqueológicos pré-coloniais

Os vestígios arqueológicos pré-coloniais até o momento mais antigos conhecidos para a região da baixada Santista são formados por sítios do tipo sambaqui (Uchoa e Garcia 1986, Uchoa 1981/82, Uchoa *et alii* 1989, Lima 1999/2000). Alguns deles foram datados, indicando uma ocupação humana entre 4.400 e 1.180 anos atrás.

Todavia, é certo que existem outros sambaquis pela região. Alguns deles foram reportados por estudos de geólogos quaternaristas (Martin *et al* 1984, Suguio 1993), mas nunca chegaram a receber um cadastro arqueológico, ou mesmo serem relacionados aos sítios já conhecidos. Por outro lado, a ocupação pré-colonial da Baixada Santista é ainda pouco conhecida, carecendo de estudos sistemáticos mais amplos. Por fim, muitos sambaquis foram destruídos em período histórico, seja através da utilização destes depósitos de conchas para fabricação de cal (que recobriu grande parte das ruas e calçamentos de Santos), seja em função da especulação imobiliária.

De fato, os sambaquis estão presentes ao longo de toda a faixa costeira que se estende desde o Rio de Janeiro até o Rio Grande do Sul, apresentando uma cronologia ininterrupta de aproximadamente 6.000 anos, estendendo-se entre 7.000 e 1.000 anos atrás. Estes sítios se caracterizam por formarem grandes amontoados de conchas em lentes superpostas, constituindo uma plataforma topograficamente distinta do substrato geológico, que pode alcançar uma extensão de mais de 100 metros e altura de 30 metros.

Alguns deles são menos espessos e com menor quantidade de vestígios, tendo sido denominados de “acampamentos conchíferos”, provavelmente relacionados ao final do período de ocupação destes grupos no litoral (Barros Barreto 1988).

A presença, em vários sambaquis, de enterramentos humanos indica o uso do local enquanto cemitério. Os enterramentos ocorrem sempre por inumação direta, simples ou múltipla, muitas vezes acompanhados por algum mobiliário funerário. Todavia, a presença de vestígios relacionados a diversas atividades do cotidiano (como estruturas de cabanas, fogueiras, áreas de elaboração de artefatos, entre outros) indica que, em vários casos, os sambaquis teriam correspondido a locais de múltiplas atividades.

As indústrias apresentam instrumentos líticos lascados tipologicamente pouco variados, constituídos basicamente por lascas utilizadas como facas, talhadeiras,

machados, bigornas e pesos de rede. Já a indústria lítica polida apresenta artefatos de grande requinte tecno-morfológico, incluindo verdadeiras esculturas zoomorfas e antropomorfas. É freqüente, ainda, a utilização de conchas, ossos e dentes de animais na confecção de instrumentos como pontas projéteis, agulhas, anzóis e furadores, bem como na confecção de adornos (colares e pingentes diversos) (Prous 1992, Schmitz 1984 a e b).

A recorrência destes elementos sugere um mesmo padrão cultural entre as populações que ocuparam os sambaquis. Mas esta questão permanece em aberto, uma vez que as variações regionais e cronológicas não foram tratadas de forma sistemática. Estudos recentes têm procurado avançar nesta discussão, tanto através da pesquisa intensiva de alguns sítios selecionados (estudos intra-sítio) como através da comparação de sambaquis localizados em uma mesma área (estudos inter-sítios) (Gaspar *et alii* 1999; Lima *et alii* 1999, entre outros).

Quanto ao padrão de subsistência apresentado pelos grupos sambaquieiros, estaria baseada na pesca (incluindo pesca de alto mar) e na coleta, complementada pela caça e, em menor escala, pela cata de mariscos. De fato, o grande volume de conchas de mariscos presente nos sambaquis não corresponderiam a restos de comida que foram sendo acumulados ao longo dos anos, mas sim a “elementos construtivos” disponíveis no ambiente marinho, a partir dos quais foram sendo erguidas os sítios (Gaspar *et alii* 1999, Figuti 1999)

Embora os sambaquis ocorram em grande parte da faixa costeira do sul/sudeste brasileiro (havendo ainda algumas áreas de ocorrência no nordeste), sua distribuição não se dá de forma contínua. Ao contrário, aparecem concentrados em áreas geralmente menos expostas ao mar aberto, em baías com ambientes de mangue. Exemplos clássicos são o sul de São Paulo (Cananéia e Ilha Comprida), o norte do Paraná (baías de Paranaguá, Antonina e Laranjeiras) e a baía de Guanabara, no Rio de Janeiro. Em cada uma destas áreas são conhecidos mais de 100 sítios sambaqui (Uchoa 1978/79/80; Posse 1978; Figuti 1999). A baía de Santos

apresenta, portanto, as condições ambientais características para abrigar uma ocupação sambaqueira mais intensiva.

* * *

Além da ocupação indígena relacionada aos grupos construtores de sambaquis, a baixada Santista apresenta vestígios que reportam a uma segunda ocupação pré-colonial da região. Estes vestígios são constituídos por uma indústria cerâmica que ocorre tanto em sítios a céu aberto como na superfície de alguns sambaquis. Foram identificados em Peruíbe (Pereira Jr. 1965), no sítio Jairê, em Iguape, datado de 1360 a 1559 dC (Krone 1914; Simons 1964) e na baía de Guaratuba (Bigarella 1951).

Características desta cerâmica remetem a o que, na Arqueologia Brasileira, é denominado de *tradição Tupiguarani*. Por outro lado, relatos de cronistas do século XVI confirmam que o litoral era ocupado por diferentes grupos indígenas do tronco lingüístico Tupi-Guarani (Sousa 1927; Staden 1974). Como exemplos destes trabalhos podemos citar a gravura seiscentista do holandês Spilbergen (Reis, 2000: 193), que aponta a existência de indígenas em uma porção central da Ilha de Santo Amaro, ao sul ou sudeste da, então, Villa de Santos; ou a gravura do relato de Hans Staden de 1557 (1974: 72), que mostra um combate entre os Tupiniquin da ilha de Enguaguaçu (atual ilha de São Vicente) contra os Tupinambá do litoral norte.

O conjunto destes dados permite uma associação étnica entre os vestígios arqueológicos presentes na área cerca de 200 anos antes da chegada do colonizador europeu, com os grupos indígenas então contatados.

O eixo da colonização européia Baixada Santista-Planalto foi implantado, assim, a partir de uma rede de caminhos fluviais e terrestres desenhada séculos atrás, seguindo um traçado de ocupação Tupi que integrava os dois ambientes e que permitiam uma exploração intensa e ininterrupta de seus recursos naturais (Robrahn-González 2001). Um dos caminhos mais conhecidos é o Peabiru, que

inclusive é objeto de um trabalho recente em cartografia histórica (Gonçalves 1998). De fato, só posteriormente a transposição da serra se tornou um grande problema para os europeus recém chegados ao país (Monteiro, 1994: 123), principalmente considerando a natureza diversa que os deslocamentos assumiram com o passar da história colonial.

Alguns sítios arqueológicos relativos a este período de contato foram pesquisados no litoral, como o sítio Itaguá, em Ubatuba, e o sítio Mineração, em Iguape (Uchoa *et alii* 1984; Scatamacchia & Uchoa 1993). Neles foram encontrados elementos de cultura material européia (artefatos metálicos, contas de vidro) e vestígios cerâmicos indígenas que indicam a associação de características culturais exógenas. Outro importante estudo sobre a interação do elemento indígena com o colonizador europeu se desenvolveu em Peruíbe, com as escavações e musealização das ruínas do Abarebebê (Uchôa, 1999: 129-147).

2.2 Contexto histórico

O cenário relacionado à ocupação européia da baixada Santista está intrinsecamente ligado à história da circulação. Primeiro Cananéia e, logo depois, Santos e outras cidades litorâneas foram fundadas e exploradas no sentido litoral-interior, constituindo pontos de partida para rotas que visavam a circulação de bens, pessoas e idéias através dos mais variados modais de transporte.

Assim, enquanto a história indígena pré-colonial deve ser estudada e compreendida a partir da exploração de um espaço territorial (no sentido interior-litoral), a história da ocupação européia necessita focar o caminho inverso (litoral-interior), correspondendo a pontos de ancoragem que permitiam iniciar a exploração das riquezas no interior. Neste sentido, muitos dos vestígios físicos presentes na área são constituídos por restos de antigos portos, fortes e naufrágios.

Do ponto de vista conceitual, apesar da evolução do porto de Santos ser intrinsecamente ligada ao desenvolvimento econômico de São Paulo e do Brasil desde sua fundação, em 1545, até a atualidade, não podemos vincular sua existência exclusivamente aos macro-ciclos econômicos tão conhecidos, tais como o da cana-de-açúcar, o do ouro e o do café. Há que se transcender essa interpretação e tratar o porto como uma “edificação” dentro de uma localidade que teve um processo ininterrupto de ocupação. Pelo porto traficou não só açúcar ou ouro, mas peixe, farinha, arroz, madeira, mercadorias demandadas pelas atividades corriqueiras da vida de um povo. Isso vale dizer que não só grandes embarcações demandavam o porto de Santos: a sua imensa maioria era de canoas, lanchas, sumacas, enfim, embarcações de cabotagem e de pequeno porte.

Além disso, via-se no porto menos marinheiros experientes de águas profundas e de outras nacionalidades do que marinheiros de cabotagem, ou pescadores caiçaras. Da mesma forma, não existia o porto fechado que hoje conhecemos, separado da cidade e com seus equipamentos peculiares. Havia estruturas edificadas específicas para o embarque e desembarque de mercadorias (trapiches, pontes, muros de pedra etc.), mas o porto prolongava-se para as casas dos comerciantes, uma vez que eles estocavam os bens em armazéns nas suas próprias moradas. O porto prolongava-se para as fortificações onde os passaportes e até mesmo as mercadorias eram checadas; estendia-se para as igrejas, que tinham embarcadouros a poucos metros de seus átrios; o porto alcançava nos morros onde funcionavam telégrafos de sinais visuais; atingia as ilhas onde ficavam os faróis; finalmente, invadia as ruas, onde os marinheiros dormiam e viviam enquanto estivessem fora de suas casas.

O senso comum coloca a elevação de São Vicente à condição de vila, em 1532, como o marco do início da colonização do litoral de S. Paulo. Ao menos esta é a voz popular, convertendo-se em fato aceito por sucessivas gerações. Entretanto, esse é apenas o momento em que Portugal resolve assumir a posse de suas terras americanas mais austrais.

A descrição do cosmógrafo da esquadra de Caboto, Alonso de Santa Cruz, fornece uma interessante descrição de S. Vicente em 1526, ou seja, seis anos antes da elevação da povoação à vila: “Têm os portugueses dez ou doze casas, uma feita de pedra com seus telhados e uma torre para a defesa contra os índios em caso de necessidade” (Prado Jr., 1966: 142).

É fato que já havia uma ocupação sistemática do lugar antes da ereção do povoado à vila. O que Martim Afonso de Sousa faz é apenas tomar posse de um povoado situado em terras que, pelo tratado de Tordesilhas (1494), eram definitivamente portuguesas. Antes disso, a localidade era mais um porto de passagem constituído por degredados, náufragos, marinheiros, fugitivos e alguns poucos colonos. Além das atividades agrícolas e da interação com o indígena, viviam do fornecimento de serviços aos viajantes¹. Muito semelhante à ocupação de S. Vicente deveria ser a ocupação das outras localidades litorâneas.

A história poderia ter sido bem diferente pois, se São Vicente existia bem antes de 1532, Cananéia foi ocupada, provavelmente, ainda anteriormente à referida localidade. Mas a oficialização da Capitania de São Vicente ocorreu mesmo na vila homônima. Por que? Em 1531 Martim Afonso de Sousa descartou o povoado de Cananéia para a elevação da primeira vila do Brasil, em parte por existir ali grande número de castelhanos, preferindo instalar-se em área eminentemente de Portugal (Prado Jr., 1966: 139-146)². Isso indica que a localidade estava em situação ambiental (bons ancoradouros, terras para cultivo, fontes de água) muito semelhante à de S. Vicente. Outro fator que pode ter levado o navegador a ignorá-la era a existência de um potentado local, o chamado Bacharel de Cananéia que, segundo relatos de cronistas do século XVI, seria figura influente.

Pode ter parecido a Martim Afonso que o confronto entre os interesses de duas metrópoles, de seus próprios interesses e os do Bacharel não levaria a nada. Dessa

¹ A localidade conhecida como “porto das Naus”, bem tombado pelo CONDEPHAAT, situada no município de São Vicente, é tida como um local onde as embarcações, no início da colonização, eram reparadas.

² Em 1541, o governador do Paraguai, o castelhano Cabeza de Vaca, toma posse da povoação quando da sua passagem para Assunção (Prado Jr., 1966: 139-146).

forma São Vicente, a partir daquele momento, começaria a ser incluída em uma dinâmica de mercado produzindo açúcar e servindo como entreposto comercial, onde mercadorias européias seriam trocadas, um pouco mais adiante, pela prata andina. Estabelece-se, então, um eixo econômico entre o litoral e o planalto baseado na produção de açúcar da cana. No planalto era plantado o trigo e criado o gado que forneceria a carne para os engenhos; na Baixada chegavam as embarcações para transporte da produção e para o abastecimento de mercadorias metropolitanas.

Gaspar da Madre de Deus, erudito do século XVIII, arrola alguns dos engenhos encontrados em “livros antigos”: o de São Jorge (engenho dos Erasmos, sítio arqueológico e bem tombado), o de Estevão Pedrozo, o de Jerônimo Leitão (ruínas do Porto das Naus, bem tombado³), o de Salvador do Vale e o dos Guerra, todos no termo da vila de São Vicente. Já no distrito de Santos existiam o da Madre de Deus (diante da antiga vila, do outro lado do canal de Bertioga); o de São João (propriedade de José Adorno, na ilha de São Vicente); na ilha de Santo Amaro temos o de Estevão Raposo, o de Bartolomeu Antunes e o de Nossa Senhora da Apresentação (Madre de Deus, 1975: 86).

Além desses existiam outros, evidentes na cartografia dos séculos XVI e XVII. Mas, apesar de haverem grandes plantadores e proprietários de engenhos na Baixada nos dois primeiros séculos de colonização, existiam muitos outros médios e pequenos plantadores de cana que não possuíam engenhos.

Certamente não é possível dizer que a produção canavieira na Baixada teve o mesmo desenvolvimento que a do Nordeste açucareiro. E, provavelmente, não foi apenas um problema de níveis de produção: o tipo de produção estabelecida na Baixada Santista pode ter obedecido, por um período mais longo, a uma outra idéia de desenvolvimento econômico, aplicada anteriormente no arquipélago da Madeira (policulturas, muitos agricultores médios, poucos engenhos atendendo diversos plantadores) e, posteriormente, na Capitania de Duarte Coelho⁴ (Mello, 2000: 71-80).

³ Há que se destacar que o espelho d'água envoltório do porto também está tombado, tanto pela União quanto pelo Estado.

⁴ Uma porção do que é hoje o Estado de Pernambuco.

Segundo o autor a disponibilidade de terras eliminou, no caso de Pernambuco, o modo de produção agrícola madeirense a partir do terceiro quartel do século XVI. O mesmo autor não descarta a possibilidade desse sistema ter sido implantado em outras regiões, o que é corroborado por um pedido dos moradores de Santos e São Vicente, em 1557, para a construção de um engenho para uso comum às custas da Real Fazenda (Madre de Deus, 1975: 86), característica desse modo de produção.

Independente das interpretações sobre o sistema produtivo da Baixada, o fato é que quase nenhum desses produtores canavieiros passou de meados do século XVII produzindo açúcar para o mercado externo. Já no século XVIII existem poucas referências à produção local de açúcar mas, sim, à produção de aguardente. A Baixada Santista só voltaria a ter um papel importante na produção agrícola da Capitania com o plantio do arroz, na segunda metade do século XVIII.

Outras possibilidades para o modesto desenvolvimento da lavoura de exportação vêm das oportunidades criadas pela escravização indígena, exploração mineral e a indústria de apoio às navegações do rio da Prata.

Aí cabe um parêntese para ressaltar que a noção de riqueza ou pobreza da região, durante os três primeiros séculos de ocupação europeia, é decorrente das interpretações historiográficas de fins do século XVIII e início do XIX, que acabaram por basear a construção da história do litoral até a segunda metade do século passado. Para os eruditos de fins do século XVIII e início do XIX, riqueza era igual à produção agrícola, pensamento decorrente das correntes francesas iluministas calcadas na Fisiocracia. Logo, uma região onde a produção agrícola era modesta, seria uma região pobre. Entretanto, o desenvolvimento do litoral de São Paulo decorre de atividades voltadas ao comércio e ao suporte das atividades marítimas e fluviais (conserto de embarcações, aprovisionamento). Tal visão é desenvolvida, *grosso modo*, no trabalho de Bava de Camargo para a região da planície costeira Cananéia/ Iguape (2002: 79-88).

Falando das expedições que visavam a captura do elemento indígena, tanto do porto de Santos quanto do planalto partiam expedições predatórias. As tribos Carijó e Guarani, habitantes do sul do Brasil, foram largamente escravizadas, uma vez que a preação no litoral norte era dificultada pela natureza belicosa dos contatos com as tribos Tamoio (Monteiro, 1994: 37).

Outro fator que impulsionava o desenvolvimento da região era a possibilidade de lucrar com o contrabando de prata das minas de Potosí (Canabrava 1984), largamente estimulado pela união das coroas de Portugal e Espanha, de 1580 a 1640.

As atividades especificamente voltadas para a exploração de minérios metálicos aparecem ainda nas décadas de 1570/1580 (Smelian *et al.*, 1995: 59) principalmente em Sorocaba, Santo Amaro (minério de ferro), São Paulo, Cananéia, Iguape e Paranaguá (ouro). Vale ressaltar que, assim como no caso da exploração do comércio da prata peruana, as vilas portuárias participavam, dentro do processo de exploração aurífera, principalmente na distribuição da mercadoria, na regulação dos acessos para o sertão e no apoio ao fluxo de embarcações. Santos e São Vicente, com seus postos avançados ao pé da serra, bem como Cubatão, terão um papel regulador das atividades de escambo vinculadas aos metais preciosos.

Neste contexto insere-se a questão náutica. Embora sobressaiam os relatos de ataques piratas ingleses, do final do século XVI (Edward Fenton e Thomas Cavendish são os mais conhecidos), bem como de holandeses no início do século XVII (com batalhas e naufrágios protagonizados por grandes embarcações de guerra), a arqueologia e a história náutica da região são tributárias dos feitos diários das canoas e de outras pequenas embarcações. Monteiro (1994:115) coloca que Santos era descrito como um porto muito ativo por volta de 1650, mas que, na verdade, tinha um fluxo bastante irregular, principalmente no que tange à navegação de longo curso, tanto de cabotagem quanto a ultramarina.

Apesar disto ser verdade, até meados do século XIX o fluxo de pequenas embarcações era constante, mesmo porque a ocupação da região deu-se justamente pela grande rede interior de navegação. De fato, todas as atividades dependiam da navegação e esse é um fato que transforma a Baixada Santista num porto vivo, que não depende dos ciclos econômicos para ter movimentação. Levando em conta esse tipo de consideração, procurar grandes embarcações submersas é fazer um pequeníssimo recorte na história da Baixada.

Outra questão náutica freqüentemente ignorada pelos estudiosos é que mesmo o transporte de longo curso era efetuado por embarcações modestas. As grandes frotas de naus participavam da Carreira das Índias e das rotas comerciais com as áreas de grande volume de produção de mercadorias. As embarcações que freqüentemente demandavam Santos ou São Vicente normalmente eram modestas caravelas ou variantes que, provavelmente, não chegavam a transportar mais de 300 toneladas. A exceção está nas embarcações que iam para o Prata, essas sim de grandes proporções. Infelizmente, como tais atividades eram de certa forma ilícitas, poucas fontes escritas foram deixadas (ou ainda, se mantêm ignoradas em arquivos europeus).

No que se refere à questão dos metais preciosos que afluíam para a região, a prata se esgota a partir de meados do século XVII. O ouro das minas de São Paulo não se esgota, ele apenas passa a não ser mais economicamente interessante, visto que a quantidade não compensava o sistema de controle metropolitano (casas de quintar), agora centralizado nas Minas Gerais, em Goiás e no Mato Grosso. Com o fechamento de diversas casas de quintar espalhadas pela Capitania⁵ torna-se inviável a exploração do ouro, deixando-a circunscrita a um contexto local, de circulação quase doméstica. Quanto ao ouro das ricas Minas, eram tantos os caminhos legais e ilegais que ele poderia seguir⁶ que classificar a Baixada Santista

⁵ Em S. Paulo (1686-1703, 1752, 1765), Taubaté (1695), Santos e Parati (1703), as de MG (funcionando a partir de 1725), Vila Boa de Goiás (1752) (Smelian et al., 1995).

⁶ Apesar da Coroa regular esses caminhos, como no caso do fechamento da estrada das Minas para Parati e abertura da estrada Nova, que desembocava no Rio de Janeiro, a capacidade de controle efetivo da administração central era sempre aquém das leis.

como um dos grandes pólos receptadores da mercadoria é uma ficção. Essa poderia ser mais uma atividade, das tantas realizadas no âmbito de uma localidade portuária.

A situação de Santos, São Vicente e Cubatão, do ponto de vista da circulação de mercadorias, começa a mudar a partir de meados do século XVIII, com um incentivo à fixação da população da Capitania através da produção agrícola (Bellotto, 1978), primeiro da cana-de-açúcar no quadrilátero interiorano e, depois, com o café. Localmente, à produção de aguardente, que continua a impulsionar o tráfego marítimo, vem somar-se a produção de arroz.

As idéias do Marques de Pombal (ministro, 1750-1777) aplicadas pelo Morgado de Mateus (governador da Capitania, 1764-1765), que envolviam a fixação da população e o incremento da produção agrícola para gerar novas possibilidades de ganho à metrópole dentro da sua maior colônia e a fixação do território sulista, surtirão efeito ainda na segunda metade do século XIX, justamente no momento em que o porto de Santos realmente desponta como as portas da Província, ofuscando qualquer desenvolvimento pretendido pelas outras localidades litorâneas.

É a partir da segunda metade do século XVIII que vai surgir a Calçada do Lorena (oficialmente aberta em 1792), a tentativa mais conhecida (embora não a única) de tornar a serra do Mar um obstáculo mais comodamente transponível. Também nessa época é iniciada a implantação do aterrado do Cubatão até o porto do Valongo, uma estrada carroçável que demorou 30 anos para ser construída (1797-1827, segundo Reis, s. d.: 144). Foi só a partir dessa data que o volume de cargas transportadas por embarcação, do Cubatão até o porto, começou a diminuir. Sobre esse trajeto fluvial, Sousa (1922: 117) aponta que as maiores dificuldades encontradas pelos navegantes estavam nas águas rasas e turbulentas do largo do Canéu ou Caniu. Não raro as embarcações afundavam nessas águas, vitimando os marinheiros e suas cargas.

A proposta de fixação da população no território e a produção de gêneros agrícolas como fonte de renda para a metrópole e como meio de abastecimento das localidades sulistas, bem como das tropas nelas estacionadas, exigia um melhor controle da movimentação portuária. Sempre interpretadas como baluartes contra ataques estrangeiros, as fortificações litorâneas paulistas foram alvo de intensas reformas e reconstruções na segunda metade do século XVIII. Apesar de um sistema defensivo paulista só aparecer a partir das primeiras décadas do século XIX, já existia na Baixada Santista, desde o século XVI, um sistema defensivo local (Bava de Camargo, 2002: 33-37). Na proteção ou no controle, as fortificações foram as primeiras formas de regulação do fluxo de embarcações na região.

A partir da década de 1830 essas fortificações centenárias cedem espaço a outros meios de controle, que agora não eram de caráter físico e sim burocrático, mais convenientes a uma estrutura de governo nacional baseada em alguns conceitos liberais, adotados tanto pelos imperadores quanto pela Regência, esta última impregnada pelas idéias francesas e norte-americanas.

Dentro desse novo espírito capitalista industrial também surgem mudanças na forma dos transportes⁷. A introdução de veículos a vapor, tanto no mar quanto nos trilhos, vai impulsionar um incrível desenvolvimento econômico que mudará radicalmente o padrão de ocupação da Baixada Santista. No centro dessa mudança temos a grande produção cafeeira da Província, impulsionando a instalação da ligação férrea de Santos a Jundiaí, em 1867. Apesar da navegação a vapor já ser uma realidade em Santos desde 1837, com o estabelecimento das primeiras linhas comerciais patrocinadas pela Cia. Brasileira de Paquetes a Vapor (Pinto, 1977: 284), foi só com a união desses dois modais que a Província de São Paulo, bem como o porto de Santos, atingiu um novo patamar de desenvolvimento econômico e social.

Logo na seqüência, em 1869, o governo imperial sanciona o decreto 1746, de 13/10/1869, que autoriza a contratação de empresas para a construção de docas e

⁷ Outras duas importantes mudanças nesse período foram a abertura dos portos às nações amigas (1808) e a instalação de comerciantes estrangeiros, em Santos, a partir de 1826 (Maximino, 1997: 49), que negociavam as mercadorias diretamente com o exterior (Camargo, 1996).

armazéns nos portos do país. Mas é só em 12/07/1888 que começam as obras no porto de Santos: em 1892 já haviam sido construídos os 260m do cais do Valongo; hoje o porto conta com 13.000m de cais acostável (Maximino, 1997: 50-51).

Antes da construção do cais moderno, visível e utilizável até hoje, a atracação era realizada em trapiches ou pontes de madeira apoiados nas obras de alvenaria de pedra para a contenção das margens do canal. Com o aumento do tamanho das embarcações que demandavam o porto, aumentava o tamanho desses trapiches: alguns chegaram a ter entre 20 e 30m de comprimento (Maximino, 1997: 47). Em uma gravura de William Burchel, de 1826, retratando o porto de Santos, vê-se um trapiche com apenas alguns poucos metros, onde está encostada uma pequena embarcação de dois mastros (Beluzzo, 1994:41). Já nos quadros de Benedito Calixto, que retratam paisagens do porto de Santos momentos antes da construção do cais moderno, é possível ver os imensos trapiches de madeira alcançando *clippers* de três ou mais mastros, bem como grandes cargueiros a vapor.

É interessante notar que, com as obras de aterragem do porto, restos desses trapiches hoje seriam encontrados totalmente no seco, caso houvesse alguma escavação arqueológica no porto. Da mesma forma, eventuais naufrágios próximos à antiga linha de costa poderiam ser encontrados também em terra, o que não descarta a existência de depósitos arqueológicos no fundo marinho.

A construção do novo cais gerou uma mudança radical nas operações portuárias da região. Antes de 1892 todas as atividades ligadas ao fluxo de mercadorias eram coordenadas pela Câmara Municipal, que concedia o usufruto a particulares. Esse funcionamento possui respaldo nas evidências materiais da cidade anterior a 1892: além dos trapiches e dos muros de contenção, não existiam estruturas próprias para as operações portuárias, tais como os armazéns.

A chamada casa da Frontaria Azulejada, na rua do Comércio, em Santos, é um exemplo material da estreita ligação entre a vida urbana e o porto. Em 1863 Joaquim Ferreira Netto apresenta à Câmara de Santos o projeto de uma edificação com

planta pouco usual, a qual contemplava a construção de um canal que permitia a entrada de embarcações, no interior da casa, para carga e descarga de mercadorias. Tal imóvel, bem tombado onde foram executadas algumas prospecções arqueológicas, também serviu de moradia para o capitalista santista (processo CONDEPHAAT, 22.046/82). Apesar deste ser o exemplo mais notável, isso era um padrão no porto de Santos.

A partir de 1892 começa a ser definida a estrutura física que é vista hoje, o porto como um equipamento distinto da rede urbana da cidade, com limites definidos, separado por grades e muros. A própria administração do porto torna-se diferente. Hoje se discute a regionalização do porto através de uma empresa, formada pelo Estado e por algumas prefeituras da Baixada, que teria uma espécie de concessão do uso do porto, que continuaria a ser da União.

Atualmente o porto é gerenciado pela Codesp, uma empresa federal (Mawakdiye, 2002: 4-11) que assumiu as responsabilidades pelo porto depois que acabou o contrato de concessão da empresa de capital privado Cia. DOCAS de Santos, em 1980 (Codesp, 1986), responsável pelo porto desde o início de sua construção (Maximino, 1997: 50).

Todas as mudanças geradas pelo incrível desenvolvimento econômico transformaram não só os equipamentos portuários. As cidades da Baixada Santista passaram por processos de expansão que acabaram por transformar os distintos núcleos urbanos iniciais e áreas conurbadas de caráter metropolitano. Com o grande aumento das atividades econômicas e a instalação de redes ferroviárias a vapor e elétricas interligando Santos, São Vicente e Guarujá, as pessoas podem se distribuir por uma área maior, permitido que trabalhem longe do local onde habitam.

Assim São Vicente, uma vila de características rurais tornou-se, no despontar do século XX, área de moradia para pessoas que trabalhavam em Santos. Guarujá, dando início ao processo de expansão turística do litoral, agora acessível via trem elétrico, passa a dar guarida ao divertimento da elite paulista, que também espalha-

se pelas praias de Santos à medida que as linhas de bonde avançam para fora do centro. Cubatão, localidade que perde a importância com a abertura da estrada de ferro, volta a ter papel de destaque com a abertura da via Anchieta (1946-1947) (Camargo, 1996) e a instalação do pólo industrial paulista, ainda na primeira metade do século XX.

Todos estes fatores, iniciados há pelo menos 4.500 anos atrás e que se perpetuam e renovam até hoje, definem o complexo patrimônio cultural de Santos. Conforme analisado ao longo deste texto, é possível definir Santos como um complexo cultural na forma de um porto vivo onde vestígios materiais, paisagens, tradições e memórias compõem os marcos para a existência, produção e reprodução de seus atuais habitantes.

3. CONCEITUAÇÃO CIENTÍFICA

3.1 Disposições gerais

Atualmente os cientistas sociais têm questionado a plausibilidade e a utilidade de uma antropologia dos mundos contemporâneos (Augé, 1998; García Canclini, 2000). Trata-se de uma conjunção de fatos apontando para a construção de um objeto de estudo cada vez mais complexo, ora pelos processos de imbricação entre as distintas ciências sociais (que permite romper as fronteiras analíticas da especificação disciplinar), ora pela influência política direta que os estudos em ciências sociais vão adquirindo em nossas sociedades. Vale dizer que vamos exigindo uma renovação e uma nova ponderação do espaço teórico-metodológico à luz do que devemos esclarecer sobre os nós que temos percorrido no presente.

Neste ponto, o grande problema teórico surge quando são aplicadas visões descontextualizantes, localizantes e essencializantes sobre os fenômenos de estudo. Não obstante, os **processos de mudança e transformação cultural**, junto com os espectros diversos desde os quais esses processos são gestados, obrigam a pensar uma relação estrutural, ao mesmo tempo que conjuntural, na qual se possam gerar descrições consistentes sobre processos particulares, que do mesmo modo contribuam com visões interpretativas dispostas para a construção de teorias regionais. Esta “**estrutura da conjuntura**”, ou a síntese situacional entre a estrutura e o acontecimento, é uma realização prática das categorias culturais num contexto histórico específico, tal como se expressa na ação interessada dos agentes históricos, desenvolvendo-se em cada uma das particularidades (Sahlins, 1997; Le Goff, 1991). Ao ocorrer isto, as sociedades vão criando processos de construção de **identidade cultural**, o qual desemboca ao mesmo tempo numa cristalização daqueles processos na **história**. Com objetos de estudo dinâmicos é possível planejar pesquisas integradoras e visões teóricas mais complexas.

Por identidade cultural – dentro desta perspectiva – compreendemos aquele processo configurativo de práticas e manifestações culturais, presentes nos grupos humanos que procuram uma cristalização de transcendência ligada à sua permanência e reprodução. Não obstante, acreditamos que nunca se alcança um grau real de cristalização e in-mobilidade histórica, e que também não existe um início fundador (ou mito de origem real e objetivo das culturas). As etnogêneses, nesse sentido, são sempre procedimentos construtivos, apesar de que nas mentes dos indivíduos a representação daqueles processos seja sempre mais estática e microscópica. Em consequência, o sistema de identidades sociais, ao trabalhar indistintamente nas estruturas sociais e no indivíduo, vai forjando um novo questionamento, ao assumir que as identidades são um processo constante e dinâmico de construção.

Aproximando-nos do nosso “objeto de estudo” surge a necessidade de definir alguns marcos de apoio, úteis para o início do diálogo teórico. Enfrentando este desafio e observando os atuais enfoques transdisciplinares para estudos de contingência, surge-nos um conceito possível de abarcar nossas necessidades específicas referentes à área de estudo. Tal conceito desenvolve-se a partir do uso de uma Antropologia da Paisagem, plausível de integrar tópicos de estudo ligados à ecologia (ou à etnoecologia), à interação das sociedades com os espaços territoriais (etnopolítica e territorialidade), às configurações simbólicas dos atores sobre seu entorno material e imaterial e, sobretudo, aos processos de apropriação da paisagem num sentido holístico e histórico, integrando tanto as estruturas sociais como culturais dos atores envolvidos.

A garantia de uma correta abordagem dos diversos assuntos envolvidos é indispensável para que se alcance a sustentabilidade do empreendimento, resultado dos cuidados aplicados na busca de sua qualidade social e ambiental. Inclui-se também neste diálogo transdisciplinar aspectos econômicos envolvidos com diretrizes dos municípios e uso do solo, com implicações diretas na preservação e no manejo do patrimônio arqueológico, incluindo:

- intensidade das atividades econômicas nos entornos da obra;
- estrutura de ocupação e tendências de concentração;
- criação de indicadores de acompanhamento e avaliação de impactos econômicos, turismo e outros sobre o patrimônio cultural e arqueológico
- medidas mitigadoras de impactos de origem econômica
- atuação junto aos municípios em seus planos diretores e planos diretores de turismo
- atuação junto aos Estado em seus programas regionais de desenvolvimento econômico, turismo e lazer, educação ambiental

Em síntese, será somente a visão transdisciplinar que os objetivos do presente Plano de Gestão poderão ser alcançados em sua essência, correspondendo, portanto, sua perspectiva e conceituação teórica básica.

3.2 Conceituação e metodologia de análise diagnóstica

A base metodológica do projeto se sustenta na **pesquisa diagnóstica**, a saber, uma estratégia de pesquisa apta e adequada para a abordagem de problemáticas que envolvem **intervenções sociais**, expostas como “**ações para o desenvolvimento**”, as quais, ao mesmo tempo, são parte de um fenômeno de intervenção sócio-política que objetiva alcançar certos fins, sustentados na configuração de um, ou vários, atores sociais determinados. A utilização da pesquisa diagnóstica deve oferecer uma estratégia metodológica integrada à construção das bases de coleta, análise e interpretação dos dados primários e secundários, tendo como referência algumas questões teórico-metodológicas abaixo explicitadas.

Quando se fala de pesquisa diagnóstica refere-se a uma “Estratégia Metodológica” e não a uma “Metodologia”. A diferença é crucial. A estratégia contém a possibilidade epistemológica, como técnica, de fornecer uma variabilidade de visões teóricas, padrões de enfoque, delimitações de objeto de estudo, etc. a partir de um trabalho

interdisciplinar. A pesquisa diagnóstica, como estratégia metodológica, também fornece diferentes planos de indagação quanto aos alcances das investigações planejadas. Assim, permite aproximar-se à construção de um objeto de estudo mais complexo, na medida em que os pesquisadores são capazes de identificar as diferentes intervenções sociais que estão configurando a problemática determinada. Dentro desta estratégia de pesquisa há que considerar questões que têm relação com os processos diacrônicos de transformação, as relações de poder imbricadas nas distintas intervenções sociais e as conseqüentes repercussões sócio-culturais daqueles processos (WOLF, 1987).

O que se considera, portanto, como intervenção social é uma interação de transformação material e imaterial que realizam certos **atores sociais**, que procuram certos **fins** gerais e específicos através de certos **meios**, em determinadas **condições** ou **contextos**.

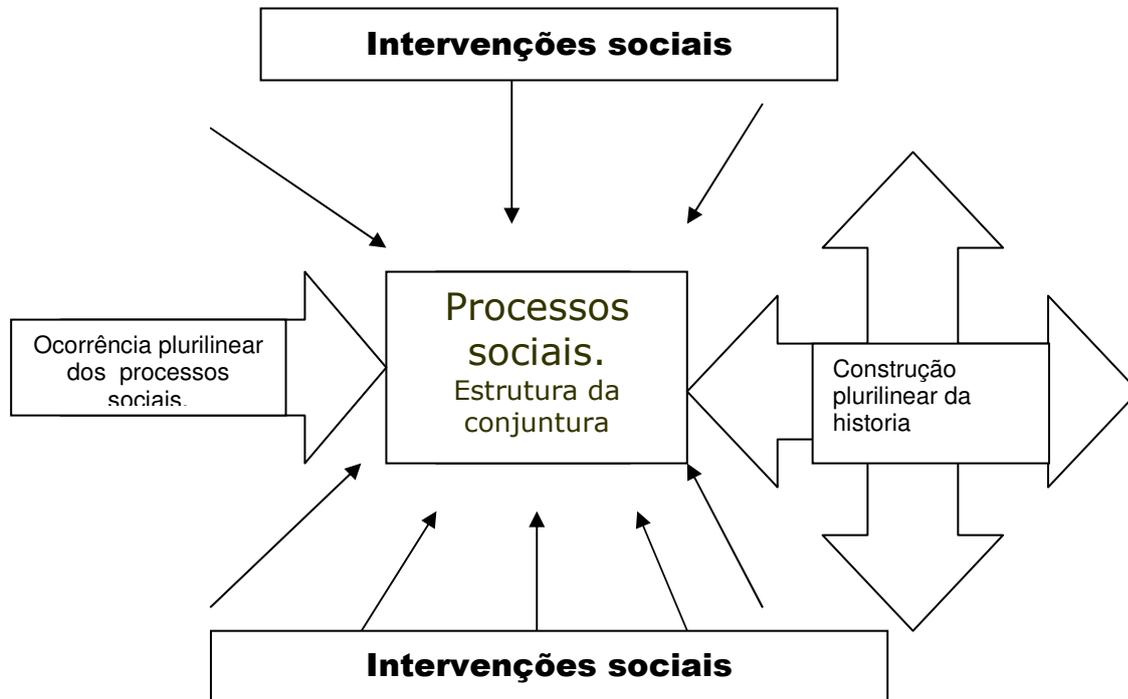
Os atores sociais sempre são complexos de determinar. Regularmente têm processos de configuração sócio-cultural que implicam em desenvolvimentos de identidade, território, economias, tradições, etc. Muitas vezes os propósitos dos pesquisadores fazem parte destes sujeitos sociais, o qual deve ficar muito claro, e, além disso, deve ser exposto para manter a integridade científica do projeto quanto à busca pelo conhecimento o mais válido, confiável e exato possível.

Neste estado das coisas, converge o mais difícil de identificar, a saber: que os processos sociais conformam-se a partir de uma série indefinida de intervenções sociais, muitas vezes contrapostas, e sempre múltiplas, que vão definindo a particularidade da *construção histórica*. Pode-se dizer, assim, que a história é um processo intrincado de transformação e cristalização de acontecimentos (“estruturas da conjuntura”, como diria Sahlins⁸) e de intervenções sociais diversas, competindo

⁸ SAHLINS, Marshal. *Islas De Historia*. Espanha: GEDISA, 1987.

Esta não é uma história das particularidades. Sahlins não se refere a uma história moldada na ortodoxia da sucessão de feitos não-repetíveis. O autor diz: “as questões históricas não são tão exóticas”. As mudanças culturais já tipificadas são repetidas no tempo. Já Wolf falava que as “sociedades primitivas” não estiveram tão isoladas quanto pensa a Antropologia do princípio do século XX. Daí que a abordagem de Sahlins na história é pensando-a como uma só forma geral: “tanto no seio da sociedade dada como na inter-relação de distintas sociedades”. (pp. 9-11)

por estabelecer transformação e perduração dos atores sociais (ver esquema abaixo).



A proposta do presente Programa é mais coerente com a indagação de uma pesquisa diagnóstica, e diz respeito à capacidade dos sujeitos sociais de transformar e utilizar a natureza. Compreendemos Natureza a partir de uma perspectiva "monista", ou seja, uma perspectiva que não denota um dualismo metodológico nem ontológico entre cultura e natureza, mas, sim, que vê o processo cultural como parte de um desenvolvimento da mesma natureza em diversas manifestações de tipificação (MORIN, 1996, 2005).

O conceito de desenvolvimento aqui utilizado não significa "controle", ou seja, a maior ou menor capacidade de utilizar e transformar a natureza pode ser um indicativo de maior ou menor desenvolvimento, mas em nenhum caso de controle. Os exemplos estão à vista: muitas das intervenções exercidas pelo ser humano no sistema biótico geral, mesmo das sociedades mais desenvolvidas (com maior capacidade de transformar e utilizar a natureza) são nefastas e incontroladas em

termos das conseqüências que provocam. Outras sociedades, seja por sua organização social, seja por sua visão sobre o meio que habitam, planejam outras estratégias de intervenção que resultam menos influentes sobre o esquema da biosfera, mas que igualmente geram desenvolvimento. Esta perspectiva obriga a deixar de fora qualquer abordagem que abarque estereótipos essencializantes ao objeto de estudo. Dessa forma, o pesquisador deve contextualizar e relacionar as “ações para o desenvolvimento” (tal qual e como é entendido pelos agentes de desenvolvimento descritos) com o fim de cristalizar o quadro descritivo adequado para a estratégia metodológica.

No que se refere à metodologia, geralmente o diagnóstico é confundido, em ciências sociais, com a pesquisa avaliativa de impacto. Na presente perspectiva este é um erro fundamental. A proposta, aqui, é mais parecida ao funcionamento da medicina alopática no momento de enfrentar um paciente. Neste sentido, os componentes lógicos de uma pesquisa diagnóstica devem ser:

1 - **Descrever** pertinentemente a situação problemática em termos de quais são os atores, meios, fins e condições envolvidas nesta intervenção social ou intervenções. A descrição deve ser a mais ampla possível, tratando de juntar os dados primários com os secundários, plantando problemáticas de pesquisa, espaços de indagação científica e processos-chave para analisar.

2 - **Avaliar** a situação problemática em termos da relação existente entre a visão de desenvolvimento dos atores envolvidos. O mais difícil, neste caso, é a construção de um modelo avaliativo competente. Geralmente, os modelos avaliativos são construídos a partir de três perspectivas:

- a) pelos mesmos pesquisadores que determinam quais serão os modelos ideais que serão comparados com a descrição anterior;
- b) pela “comunidade do objetivo”, ou seja, considerando que o modelo deve ser totalmente êmico, e que esta informação deve ser comparada posteriormente com a descrição inicial;

c) em relação dialética entre o que o pesquisador identifica e a visãoêmica envolvida no processo. Neste caso será fundamental a comparação com situações ocorridas em contextos similares.

Na perspectiva do presente Programa, certamente a terceira opção é a mais correta, não obstante, a mais complexa. A distância entre a descrição contundente do problema e o modelo avaliativo configurado será a magnitude do problema de pesquisa, o qual dá fundamentos para, posteriormente:

3 - **Explicar** - através de causas e associações - as razões que convertem as estratégias dos agentes de desenvolvimento no interior das comunidades. Uma pesquisa diagnóstica não pode deixar de lado esta etapa de investigação. A explicação deve ir mais além que a mera explicação testemunhal do fenômeno, senão, também, dever-se-ia construir metodologicamente aspectos relacionados com a prática experimental e as análises integradas das associações concomitantes do fenômeno.

4 - Por último, embora não menos importante, é necessário **oferecer recomendações** que tenham por fim dar solução à problemática apresentada, entendendo que o problema seja comprovado empiricamente. Neste caso deve existir uma **racionalidade da ação**, a qual é a relação lógica e equilibrada que deve existir entre a descrição do modelo avaliativo (a identificação do problema) e as recomendações. As recomendações devem ter coerência interna e a possibilidade de aplicação lógica no contexto descrito. Este é o processo mais cuidadoso e delicado, e sua maior ou menor aderência depende da solidez que as demais etapas da pesquisa diagnóstica tenham sido realizadas.

3.3 Arqueologia Pública

Observa-se uma crescente preocupação, no cenário internacional, com os aspectos públicos da Arqueologia, entendidos como as questões de planejamento econômico, ações sociais e políticas envolvidas na prática da disciplina. Com a fundação da WAC (World Archaeological Congress) em 1986, a Arqueologia tem tratado de forma mais sistemática o relacionamento entre a pesquisa e manejo de bens culturais e os grupos sociais interessados. O surgimento da primeira publicação periódica sobre o tema, *Public Archaeology* (Londres, James & James), em 2000, assinala o amadurecimento das discussões estratégicas sobre o caráter público da disciplina e sua importância social.

Este movimento vem sendo internacionalmente denominado “Arqueologia Pública”, voltada ao relacionamento entre a pesquisa e o manejo de bens culturais com os grupos sociais interessados, de forma a promover a participação da sociedade na gestão de seu patrimônio arqueológico, histórico, cultural e paisagístico. Os arqueólogos perceberam que necessitavam reconhecer não somente sua responsabilidade sobre os vestígios arqueológicos, mas igualmente sobre as pessoas cuja herança histórica e cultural se relacionava a estes vestígios (Little 2002:10). Um dos benefícios públicos da Arqueologia está justamente em contribuir para o fortalecimento dos vínculos existentes entre a comunidade e seu passado, ampliando o interesse da sociedade sobre o patrimônio e criando, paralelamente, a sustentação necessária às medidas de preservação.

No Brasil este momento apresenta uma cor especial. Isto se dá especialmente por conta da conjuntura social e política que atravessa, na qualidade de país em desenvolvimento rumo à era da globalização. À Arqueologia abrem-se preciosas oportunidades de ocupar espaços ainda vazios, voltados a uma abordagem mais abrangente e pluralista de nossa herança cultural.

Essa abordagem prescinde, todavia, de uma profunda mudança de postura com respeito ao seu “objeto de estudo” e procedimentos de trabalho. A relação que a

Arqueologia estabelece com as diferentes áreas de conhecimento - uma vez que é uma ciência verdadeiramente transdisciplinar, fruto da somatória de cada disciplina científica e humanista – é mais um dos fatores que faz com que muitas pessoas se sintam próximas a ela. Isto se aplica, por exemplo, ao caso da estabilidade e mudança ambiental: através do conhecimento da sucessão de experiências humanas ocorridas sobre um ecossistema, é possível refletir sobre alternativas de gestão e manejo, trazendo uma visão mais global e tangível ao tema (Little 2002: 9; De Vries 2003).

Se expandirmos a visão para reconhecer os sucessos e insucessos das sociedades ao longo dos tempos, a tolerância social deverá ser expandida. Necessita-se compreender a história do mundo e de pessoas de diferentes culturas e contextos que desenvolveram idéias, instituições e formas de vida diferentes da sua. Nesse sentido, o conhecimento de diferentes formas de vida, experiências e perspectivas da humanidade no passado podem contribuir em criar cidadãos mais pacientes e respeitosos, especialmente com grupos excluídos ou minorias étnicas, em nossa sociedade crescentemente pluralista (Shiva 2003; National Center for History in the Schools 1996:1, citado por Little 2002:12).

Hoje as pessoas têm necessidade de adquirir competência num mundo multicultural, e a Arqueologia é capaz de proporcionar ferramentas que auxiliem a viver nesta sociedade crescentemente complexa, ensinando as pessoas sobre outras culturas e tempos, fornecendo-lhes ferramentas para melhor compreender a diversidade humana, ao expandir suas visões de mundo (Little 2002:13). Essa compreensão da diversidade leva à tolerância, que permite a inserção de diversos segmentos da sociedade, tornando todos os indivíduos sujeitos plenos de direitos e deveres: cidadãos. Assim, um dos benefícios públicos da Arqueologia é o mesmo que oferece a história e a ciência: a educação da cidadania. Do mesmo modo que o multiculturalismo pode ser representado tanto pela existência de uma multiplicidade de culturas do mundo, como pela co-existência de culturas diversas no espaço de um mesmo Estado-nação e as interinfluências que ocorrem tanto dentro como além do Estado-nação (Santos 2003), o conceito de cidadania não presume limites

estritos: pode-se, ao mesmo tempo, ser cidadão de um município, de um país, ou cidadão do mundo (Ribeiro 2000), e a Arqueologia transita entre estes diferentes níveis o tempo todo.

Como bem coloca McManamon (1991, 1994, citado por Smith & Ehrenhard 123), não existe um público a considerar, mas vários. Deve-se refletir sobre a maneira como a sociedade se posiciona com relação ao seu passado: Qual o passado que merece ser resgatado? Quais os mecanismos que a sociedade utiliza para registrar e perpetuar sua própria história?

Em oposição às ciências naturais, a ciência social necessita ser, particularmente nestes tempos pós-modernos, pluralista em essência. A admissão de diferenças não põe em cheque a autoridade da disciplina. Ao contrário: o reconhecimento de que as idéias e interpretações são produto de condições históricas específicas amplia o debate e sua contribuição. Segundo define Molyneaux (1994:6), se deseja-se obter uma compreensão do passado que abranja a complexidade e diversidade de suas mensagens possíveis, então é necessário reconhecer a existência de um público igualmente diverso, e aprender a lidar com ele. Para assim proceder é preciso reconhecer e respeitar todos os valores atribuídos à herança arqueológica, incluindo a científica.

É preciso, assim, reconhecer a pluralidade de interesses e graus de percepção do passado, bem como as necessidades políticas do presente. Para tanto, os programas de pesquisa devem envolver aspectos culturais e identitários da comunidade envolvida, elementos que exigem novas posturas e abordagens, trazendo alterações essenciais aos estudos arqueológicos (Gosden 2001; Fagan 2002).

A Arqueologia pode construir elos entre a comunidade no presente, assim como no passado, no momento em que sua herança cultural é valorizada, preservando histórias e tradições. Por essa razão o conteúdo da mensagem a ser transmitida ao público deve estar, antes de mais nada, atrelado à história local, de forma a construir

um elo de percepção junto ao público, partindo daí para contextos mais gerais. Isso pode incluir objetos identificados no local, sítios ou vestígios mais conhecidos, dados sobre como os grupos humanos do passado viveram naquele mesmo espaço geográfico, entre tantos outros (McManamon 2000:13; Lerner 1991, citado por McManamon 2000:14). Por outro lado a mensagem deve também conter dados sobre a importância deste patrimônio, o fato dele ser único e não renovável, e também o esforço e detalhamento da pesquisa científica necessária para construir o conhecimento, visando sensibilizar o público sobre sua valorização e necessidade de preservação.

No caso brasileiro, onde a sociedade nacional foi formada através de uma ruptura entre as ocupações indígenas que aqui se encontravam e o elemento europeu, mais tarde acrescido pela cultura africana, é freqüente a comunidade atual não reconhecer vínculos com o contexto arqueológico, embora tenha interesse pelo seu sentido exótico. Isso se agrava pelo fato de que até mesmo a construção da História do Brasil tenha sido tradicionalmente feita a partir de sua classe intelectual dominante, resultando em um baixo ou nulo reconhecimento da população em geral como sendo esta a “sua história”. O próprio currículo escolar não inclui uma efetiva história das minorias, apesar de sua participação fundamental na formação e desenvolvimento da sociedade nacional.

No caminho ressurgem uma das questões fundamentais da Arqueologia: quem controla e a quem pertence o passado (ou, nos termos acadêmicos, a quem concerne sua propriedade intelectual?). Certamente os arqueólogos não são os únicos a poder contar histórias, nem tampouco exercem o poder absoluto sobre o passado das comunidades vivas, como ocorre com aquelas que não têm mais voz. Não é possível impor uma única versão do passado ao mundo, ignorando histórias tradicionais e outras perspectivas que a comunidade nos traz. A ciência não é onipotente ou exclusiva: todos controlam e a todos pertence o passado. Existem apenas perspectivas diferentes sobre ele, valores culturais específicos e expectativas diversas sobre as lições que pode ensinar. Assim, um dos instrumentos mais valiosos da Arqueologia Pública é trazer tolerância e compreensão das

diversidades culturais e das diversidades sobre o passado (para uma discussão sobre o tema, vide Thomas 2000, citado por Little 2002:6; Kuwanwisiwma 2002). Portanto, não lhe basta ser transdisciplinar: necessita ser também transcultural, na medida em que incorpora os muitos passados possíveis.

Considerando esse conjunto de aspectos, mostra-se essencial que a pesquisa arqueológica seja realizada em conjunto com os descendentes vivos da sociedade que criou ou herdou os vestígios estudados. Assim será possível conduzir os trabalhos a partir de uma perspectiva de “arqueologia democrática”, como define Faulkner (2000), que compreende a realização de trabalhos com base na comunidade, de forma não excludente e não hierárquica, e dedicados a um desenho de pesquisa que pressuponha interação entre os vestígios materiais, a metodologia de trabalho e a interpretação.

Trabalhando em conjunto com a comunidade o arqueólogo pode auxiliar na reconstrução de elementos tradicionais que se perderam através do tempo, bem como dar suporte a atividades como turismo, educação e identidade étnica (Pyburn & Wilk 1995:72 citado por McManamon 2002:34; 2000:10, 1994^a citado em 2000:10). Para que essa cooperação possa ocorrer, todavia, é necessário que ambas as partes não apenas respeitem a posição da outra, mas que sejam abertas a novas perspectivas e a mudanças de seus próprios paradigmas (MacManamon 1994^a: 19).

Segundo Fabian (1983), o reconhecimento da mudança não nega aspectos de continuidade mas aponta a necessidade de tratar tanto a mudança como a continuidade como questões empíricas. As culturas não correspondem a entidades estáticas que existem à margem da História (Wolf 1984) e a Arqueologia deve analisar as sociedades contemporâneas a partir desta perspectiva. Nesse contexto a Arqueologia é capaz de trazer o poder do passado para a legitimação das comunidades e seu fortalecimento no presente.

Por outro lado, o Brasil é um país formado não apenas por uma enorme diversidade de histórias locais e contextos culturais, mas também por uma estrutura social

estratificada onde grande parte da população não tem acesso a recursos críticos, incluindo educação. Por conta disso, a recente prática da Arqueologia Pública no país constitui desafio estimulante, uma vez que oferece oportunidade de criar uma outra visão do passado humano, mais diversificada e tolerante, menos rígida e, principalmente, mais próxima dos legítimos herdeiros desta história. Aproxima-se cada vez mais, afinal, à essência de uma ciência social.

O desenvolvimento sistemático de ações em Arqueologia Pública está em grande parte ligado a pesquisas junto a processos de licenciamento ambiental, onde cada vez mais os estudos têm como objetivo definir procedimentos e estratégias de sustentabilidade sócio-ambiental em um contexto capitalista. Apesar da questão “O que deve ser sustentado?” nunca terá um paradigma unificado, há consenso sobre a efetiva participação da comunidade na pesquisa arqueológica.

Desde a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento ocorrido no Rio de Janeiro, em 1992, “desenvolvimento sustentável” se tornou palavra-chave de um discurso político internacional voltado à qualidade de vida, conservação dos recursos naturais e responsabilidade para gerações futuras. Apesar das discussões terem sido inicialmente voltadas às ciências naturais e análises de crescimento populacional, relaciona-se a uma discussão baseada na definição social, histórica e cultural do problema: a viabilidade de serem mantidas relações socialmente definidas entre a natureza e a comunidade durante longos períodos de tempo. Desta forma, o discurso sobre sustentabilidade é basicamente público e estreitamente vinculado a problemas como justiça social e regulamentação política.

Sustentabilidade ou não sustentabilidade corresponde a uma qualidade de condições e processos dentro de um *continuum* de condições e processos possíveis. Neste sentido, não se pode considerar a sustentabilidade ambiental e a sustentabilidade social de forma isolada. Ao contrário, o foco deve recair na interação entre elas, buscando a viabilidade de suas relações durante longos períodos de tempo. Por outro lado, considerando a rápida transformação por que as

sociedades passam atualmente, a sustentabilidade necessita ser concebida dentro de uma perspectiva dinâmica, e não baseada em estruturas estáticas.

Os arqueólogos precisam se perguntar: Qual a conexão entre seu campo de conhecimento e sustentabilidade social? Como podem contribuir dentro desta perspectiva? Quais novos tópicos devem ser incorporados à sua área de atuação? Dentre as respostas possíveis, destaca-se o estímulo à coesão social através do estabelecimento de pontes entre o presente e o passado, preservando histórias e tradições e valorizando a herança cultural. Observa-se assim, portanto, uma grande mudança de perspectiva na prática da profissão: hoje a Arqueologia parte de um profundo conhecimento do presente para dar significado ao passado e perspectivas de futuro, especialmente em países em desenvolvimento como o Brasil. O processo pós-colonial e as informações tecnológicas disponíveis criaram um novo contexto no qual a Arqueologia deve atuar.

O envolvimento das comunidades locais na investigação e análise do passado tem sido denominado, na literatura, de “Arqueologia Colaborativa”, que prescinde do envolvimento e participação das comunidades na pesquisa, buscando abranger as diferentes formas possíveis de conhecimento e entendimento do passado, incluindo a científica. Assim, a pesquisa arqueológica deixa de ser feita para a comunidade, uma vez que passa a ser feita com a comunidade.

4. DELIMITAÇÃO DS ÁREA DE ESTUDO

Para o desenvolvimento dos estudos e análises aqui apresentados, estabelecem-se as seguintes áreas de atuação do Programa:

1) Área Diretamente Afetada (ADA)

Definida como o terreno diretamente afetado pela implantação do Sistema Viário da Margem Direita do Porto de Santos. Compreende tanto o leito e traçado do Sistema em si, como todas as áreas anexas de apoio (estacionamentos, acessos provisórios, canteiros de obra, entre outros) e obras correlatas definidas pelo projeto de Engenharia. Para esta área recairão os estudos voltados ao patrimônio material a ser atingido pelas obras (patrimônio arqueológico, patrimônio histórico) e suas implicações ao patrimônio cultural/imaterial a que está relacionado.

2) Área de Influência Direta (AID):

Definida como a cidade de Santos na configuração de um “Complexo Cultural/Arqueológico”, ou ainda, um Porto Vivo, pois Santos deve seu desenvolvimento e esplendor ao mar, conforme discutido no Capítulo 2. A AID define o contexto arqueológico, histórico e cultural onde, em seu interior, os vestígios arqueológicos adquirem significância patrimonial, fornecendo a base primária para análises de valoração. Para esta área recairão os estudos de entorno, incluindo levantamentos de campo em cultura material e imaterial.

3) Área de Influência Indireta (AI):

Definida como o contexto regional (baixada Santista) e macro-regional (nacional e internacional) aplicáveis a cidades portuárias. Para esta área recairão as análises documentais (bibliográfica, cartográfica, iconográfica) que incorporarão as análises patrimoniais.

Deve-se salientar que estas definições de área (ADA, AID e AII) estarão sendo novamente analisadas ao final do Programa, constituindo um de seus resultados a reavaliação não apenas das delimitações geográficas aqui indicadas mas, também, de seus significados perante o patrimônio cultural/ arqueológico estudado.

Para finalidade de Portaria de Pesquisa, o presente Plano solicita autorização de pesquisa para a área onde ocorrerão as intervenções arqueológicas, compreendendo o polígono formado pelas seguintes coordenadas UTM, em seus vértices:

Vértice 1: 260.000 / 5.423,210

Vértice 2: 300.000 / 5.051.890

Vértice 3: 660.000 / 2.633.460

Vértice 4: 695.000 / 3.639.340

Vértice 5: 983.413 / 3.418.520

Vértice 6: 985.644 / 4.816.150

A delimitação desta área pode ser visualizada na Figura 1, Anexo 1.

5. OBJETIVOS E ANÁLISE DE SITUAÇÃO

Conforme apontado anteriormente, na sua formulação este Plano de Gestão levou em consideração as demandas apresentadas pelo IPHAN, pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Estadual e pelo CONDEPASA; os estudos já realizados e aqueles em desenvolvimento; as licenças ambientais obtidas e suas condições de validade; os parâmetros legais vigentes e aplicáveis ao empreendimento; e as diversas demandas surgidas ao longo da implementação e operação dos empreendimentos, organizados sob uma visão integrada. O Quadro 1, que se segue, sintetiza e organiza o conjunto de demandas apresentadas. Desta maneira, conforme indicado anteriormente, os objetivos do presente Plano de Gestão podem ser sintetizados em 3 grandes itens:

- 1) Desenvolver as atividades, estudos e avaliações exigidos pela Portaria Normativa IPHAN 230/08, de maneira a atualizar o Programa Arqueológico da obra em seu atual estágio de desenvolvimento (Etapas LP e LI);
- 2) Realizar um diagnóstico de situação do Patrimônio envolvido, a definição e caracterização do possível patrimônio atingido pelas obras já executadas, a valoração científica de tal patrimônio e a indicação de medidas compensatórias cabíveis;
- 3) Apresentar um Programa de Pesquisa e Resgate do Patrimônio Cultural, a ser executado em momento futuro subsequente e como continuidade dos resultados obtidos pelas atividades anteriores, contendo descrição detalhada das atividades, metodologia, cronograma e equipe necessária. Este Programa deverá conter também ações voltadas à Educação Patrimonial.

Na continuidade do texto e de seus Capítulos serão detalhados os aspectos metodológicos e operacionais envolvidos, de forma a garantir sua correta aplicação e desenvolvimento.

QUADRO 1 – Organização de demandas

ITEM A SER ABORDADO	IPHAN	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL / ESTADUAL	CONDEPASA
Regularização do Programa	<p>- Atendimento à Resolução CONAMA 01/86 e à Portaria 230/02, no que se refere às atividades preventivas previstas para as etapas de licenciamento da obra (Informação Técnica 01/2008, Ata de Reunião 18.02.08)</p> <p>- Implantação de Programa de Educação Patrimonial (Inf. Técn. 01/2008).</p>	<p>- Atendimento à Resolução CONAMA 01/86 e à Portaria 230/02, no que se refere às atividades preventivas previstas para as etapas de licenciamento da obra (Ata de Reunião 18.02.08)</p>	
Diagnóstico de situação / Valoração científica	<p>- Análise de impactos, valoração científica e indicação de medidas mitigadoras/ compensatórias de possíveis danos causados no patrimônio cultural e arqueológico, relativos aos trechos de obras já realizados e a serem realizados (Ata de Reunião 18.02.08)</p>	<p>- Análise de impactos, valoração científica e indicação de medidas mitigadoras/ compensatórias de possíveis danos causados no patrimônio cultural e arqueológico, relativos aos trechos de obras já realizados e a serem realizados (Ata de Reunião 18.02.08)</p>	

DOCUMENTO

ITEM A SER ABORDADO	IPHAN	MINISTERIO PÚBLICO FEDERAL/ ESTADUAL	CEDEPASA
<p>Atendimento ao patrimônio histórico edificado no trajeto e entorno das obras.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Estudos de patrimônio edificado, considerando que manifestação do IPHAN atende somente aspectos relativos à visibilidade e proximidade a bens tombados (Inf. Técnica 01/2008). - Delimitação do sítio arqueológico Casarões do Valongo em relação às obras (Ata de Reunião 04.03.08) 	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de atividades preventivas nas áreas tombadas pelo Estado próximas à obra (Ata de Reunião 18.02.08) 	<ul style="list-style-type: none"> - Atendimento às normas de preservação da área de envoltório dos bens tombados (em especial, o Armazém 4) (Ofício 25/2006) - Consulta prévia sobre projeto de recuperação do Armazém 4 (Ofício 25/2006). - Implantação de medidas preventivas durante obras na Estação Elevatória para evitar danos (Ofício 25/2006) - Segregação de trânsito na Bacia do Mercado, instalação de ciclovia (Ofício 25/2006)
<p>Levantamentos arqueológicos na Área de Influência Direta (AID)</p>		<ul style="list-style-type: none"> - Realização de levantamento intensivo na área de mangue presente no Trecho 1, antes do início das obras no local, com apresentação de relatório ao IPHAN (Ata de Reunião 04.03.08) 	

6. ATIVIDADES PROGRAMADAS E RESULTADOS

6.1 Regularização do Programa em atendimento à Portaria IPHAN 230/02

O texto que se segue traz as atividades e resultados por etapa de licenciamento ambiental (Diagnóstico/LP e Prospecção/LI). As atividades abrangem o atendimento da Portaria Normativa IPHAN 230/02, conforme indicado no Quadro de Demandas acima apresentado, *vis-a-vis* às particularidades do patrimônio arqueológico, histórico e cultural da região.

Fase Diagnóstico / LP

✓ Atividades

- Análises do projeto da obra e estudos cartográficos, para detalhamento das estratégias de campo;
- Levantamento documental sistemático (bibliográfico, cartográfico, iconográfico) no campo da Arqueologia, Etnohistória e História. Levantamento de bens tombados (federal, estadual, municipal). Área de abrangência: AID e AII ;
- Trabalhos arqueológicos de campo, com levantamentos extensivos amostrais de superfície e sub-superfície na ADA, visando reconhecer a diversidade e natureza de possíveis vestígios arqueológicos, históricos e culturais presentes;
- Trabalhos de campo voltados ao diagnóstico de patrimônio histórico/cultural, material e imaterial, através da metodologia amostral, abrangendo a ADA, AID e AII, incluindo avaliações junto às comunidades para consideração de seus aspectos patrimoniais identitários;
- Organização e sistematização dos materiais e informações coletados em campo, incluindo produção gráfica de plantas, perfis topográficos, croquis, organização de banco de imagens, elaboração de cadastro de sítios arqueológicos no modelo CNSA/IPHAN, entre outros;
- Tratamento do possível material arqueológico coletado (acervo) incluindo curadoria e análises científicas;

- Elaboração de zoneamento arqueológico da área, indicando as áreas de baixo, médio e alto potencial, que deverão nortear a continuidade das pesquisas durante a fase subsequente (Etapa Prospecção/LI);
- Análise patrimonial realizada a partir dos dados obtidos em campo, das características geográficas que a área oferece e das referências fornecidas pela bibliografia. Análise de impacto, indicação de medidas mitigadoras/compensatórias, se aplicáveis;
- Elaboração e entrega de produtos e relatórios finais.

Resultados:

- ✓ Atendimento às exigências legais para solicitação de Licença Prévia, compreendendo um Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural;
- ✓ Estruturação dos resultados do projeto visando avaliação, planejamento e análise para a próxima etapa de licenciamento (Programa de Prospecção / LI).

Fase Prospecção / LI

✓ Atividades

- Trabalhos arqueológicos de campo, abrangendo: levantamentos sistemáticos intensivos (varredura) em 100% da ADA, através de investigações em sub-superfície (abertura de poços-teste) em malha variando de 50 metros (comprimento e largura) a 25 metros (neste último caso para as áreas de entorno de edifícios históricos tombados).
- Trabalhos de campo voltados ao patrimônio histórico/cultural, material e imaterial, através da metodologia sistemática intensiva, abrangendo a AID e All, incluindo avaliações junto às comunidades para consideração de seus aspectos patrimoniais identitários (período estimado de campo: 21 dias, 2 profissionais);
- Organização e sistematização dos materiais e informações coletados em campo, incluindo produção gráfica de plantas, perfis topográficos, croquis, organização de banco de imagens, elaboração de cadastro de sítios arqueológicos no modelo CNSA/IPHAN, entre outros;
- Tratamento do possível material arqueológico coletado (acervo) incluindo curadoria e análises científicas;
- Definição das áreas com vestígios arqueológicos e áreas arqueologicamente estéreis na ADA;
- Análise do patrimônio envolvido e definição das estratégias para desenvolvimento da Etapa de Resgate, se aplicável;
- Elaboração e entrega de produtos e relatórios finais.

Resultados:

- ✓ Atendimento às exigências legais para solicitação de Licença de Instalação;
- ✓ Definição de porções da ADA com patrimônio arqueológico positivo (presença de sítios arqueológicos) e porções arqueologicamente estéreis;
- ✓ Estruturação dos resultados do projeto visando avaliação, planejamento e análise para a próxima etapa de licenciamento, se aplicável (Programa de Resgate/ LO);
- ✓ Estruturação

6.2 Diagnóstico de Situação e Valoração Científica

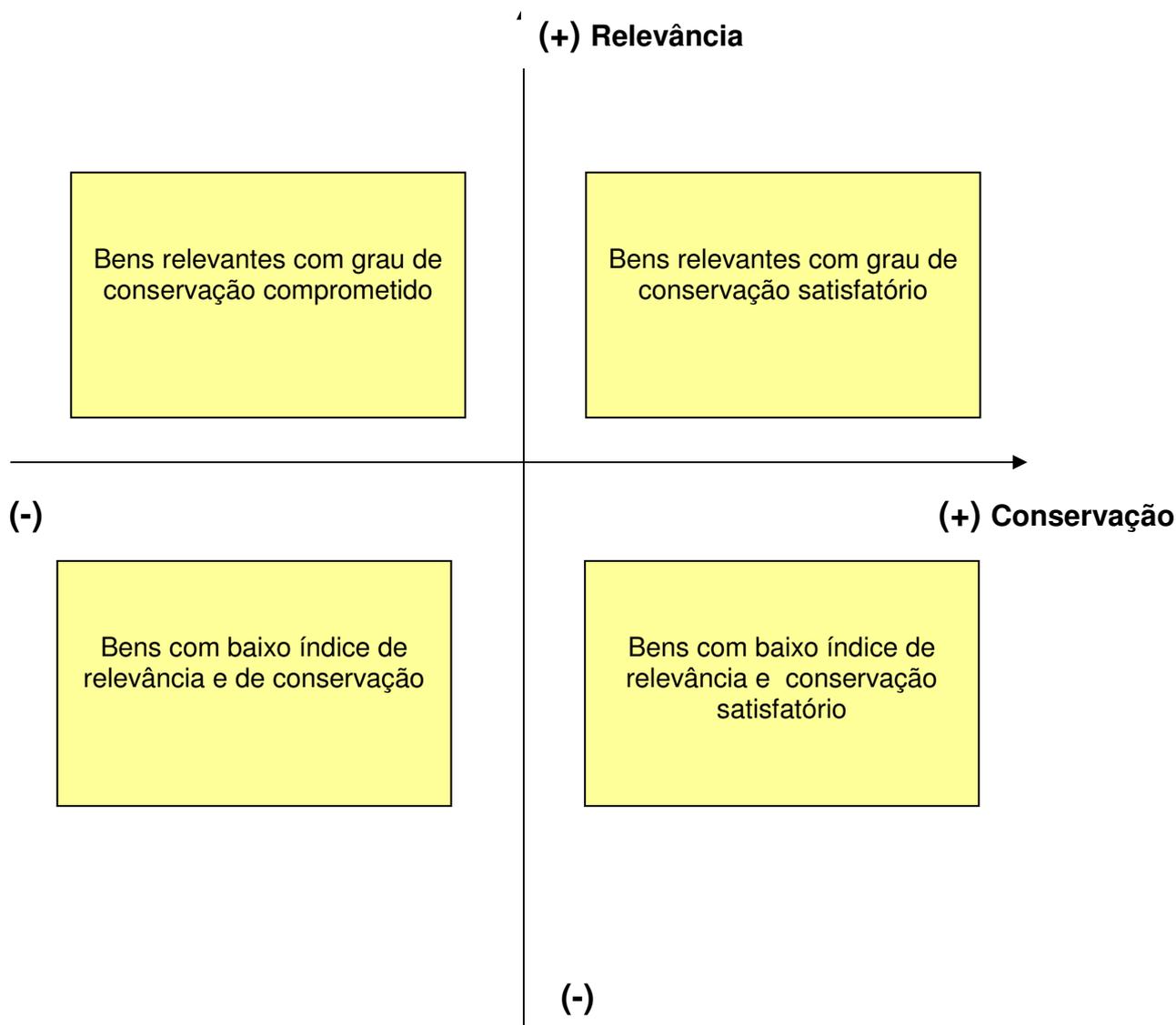
Com base no resultado das atividades desenvolvidas para regularização das etapas de Diagnóstico e Prospecção, acima listadas, estará sendo definido um Diagnóstico de Situação do Patrimônio Cultural e Arqueológico envolvido, com indicação de possíveis impactos ocorridos nos trechos de obra já realizados. Estará sendo realizada, então, uma valoração científica deste patrimônio, que baseará a indicação de medidas compensatórias cabíveis.

A valoração científica estará sendo desenvolvida considerando dois atributos básicos, a saber, a significância científica e cultural, o estado de conservação do bem, sua excepcionalidade, potencial, fragilidade, identificação pela comunidade, além de usos e costumes econômicos. Poderão ser ainda acrescentados nesta análise outros elementos verificados durante o andamento da pesquisa.

No que se refere à significância científica, serão considerados aspectos de exclusividade (se compreende bens culturais raros ou não), conhecimento disponível (se compreende bens já exaustivamente cadastrados e pesquisados pela bibliografia ou não) e sua significância para a comunidade envolvida (incluindo aqui políticas públicas de preservação, potencial turístico, uso atual, entre outros).

Quanto ao atributo “estado de conservação”, diz respeito à integridade física do bem e os fatores de risco a que se encontra submetido.

Como resultado desta análise de valoração, os bens culturais identificados pela presente pesquisa serão inseridos em uma matriz de valoração, conforme modelo abaixo.



Estarão paralelamente sendo realizadas análises de aplicação de procedimentos complementares e adicionais de valoração, a exemplo dos estudos que vem sendo realizados junto ao campo do Patrimônio Cultural, a exemplo do trabalho de Snowball (2008), Mira, Cameselle e Martínez (2002), Jameson e Baugher (2007), Klamer (2003) e McCain (2006), entre outros. Com base neste conjunto de análises e de seu resultado serão indicadas medidas que busquem, por um lado, compensar a perda de informação e memória do bem relacionado e, por outro, otimizar a preservação e valorização de bens análogos ainda passíveis de manejo. Por outro lado, as medidas compensatórias deverão garantir a participação dos grupos sociais envolvidos e, também, o desenvolvimento de ações em Educação Patrimonial, conforme definido pela Portaria IPHAN 230/02.

7. OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA

- **Patrimônio Arqueológico**

Os trabalhos de campo referentes a patrimônio arqueológico estarão sendo feitos, no que se refere aos levantamentos de campo, através de investigações sistemáticas, nas seguintes áreas:

Área Diretamente Afetada (ADA)

- Metodologia de prospecções sistemáticas intensivas (varredura), onde estarão sendo privilegiadas as intervenções em sub-superfície, considerando que grande parte da área se encontra urbanizada. Será aplicada malha de perfurações (poços-teste) com distância de 30 metros (comprimento e largura) e profundidade de até 2,5 metros, dependendo da espessura da camada de sedimentos. O objetivo será caracterizar a estratigrafia da área e identificar possíveis vestígios arqueológicos/ históricos presentes.
- Nos entornos de bens tombados ou em áreas onde fôr identificada a presença de solos originais esta malha será reduzida para 15 metros de distância entre cada poços-teste, acrescido da abertura de sondagens de 1m² para detalhamento em porções de terreno que indicarem presença de vestígios arqueológicos;

Área de Influência Direta (AID)

- Será aplicada a mesma metodologia de prospecções sistemáticas intensivas (varredura) com abertura de poços-teste a cada 30 metros, na área de mangue presente no Segmento do Trecho 1, objetivando checar a possível presença de vestígios arqueológicos (e, em especial, de sítios do tipo sambaquis, freqüentes na baía de Santos).

- No restante da AID serão realizadas verificações através de vistorias.

Para cada possível sítio arqueológico identificado serão feitos trabalhos de identificação e caracterização, de forma a obter dados precisos sobre sua natureza, morfologia e estado de conservação. Para tanto, serão preenchidas Fichas de Cadastro contendo dados de localização do sítio em cartas por coordenadas obtidas com GPS, além de documentação fotográfica e gráfica (desenho de planta e croquis). Por fim, será feita uma avaliação do potencial científico que os sítios apresentarem, o que constitui informação essencial para a análise de impactos e proposição de medidas mitigadoras/compensatórias cabíveis.

Será realizado ainda um levantamento sistemático de fontes documentais para elaboração de Quadro Arqueológico de ocupação da área, que servirá de referência e contextualização para os possíveis sítios identificados através dos levantamentos. Neste caso, serão sistematizados os resultados de pesquisas arqueológicas já realizadas na baía de Santos, onde se destacam:

- O Programa de Diagnóstico e Prospecção do Sistema de Captação de Água e Esgotamento Sanitário da CODESP, este inclusive com trechos incidindo bastante próximos ao traçado do Sistema Viário aqui analisado (DOCUMENTO 2005);
- O Programa de Diagnóstico do Terminal Valongo, na margem direita do Porto de Santos (DOCUMENTO, 2007);
- O Programa de Diagnóstico DEICMAR, na margem direita do porto de Santos (DOCUMENTO 2007);
- O Programa de Diagnóstico, Prospecção e Resgate Arqueológico do Terminal Embraport, já na margem esquerda do porto de Santos (DOCUMENTO 2005 a 2007).

- **Patrimônio Histórico/ Cultural**

Para os estudos de Patrimônio Histórico e Cultural estão previstas as seguintes macro-atividades:

- Levantamento de fontes documentais para elaboração de Quadro Histórico de ocupação da área, considerando os diferentes cenários de formação e desenvolvimento da sociedade nacional, incluindo o contexto etno-histórico;
- Levantamento de bens tombados em âmbito federal, estadual ou municipal;
- Identificação e caracterização de sítios arqueológicos históricos presentes na ADA do empreendimento, integrado à metodologia e procedimentos definidos para o patrimônio arqueológico;
- Caracterização e cadastro do patrimônio edificado;
- Inventário amostral das referências culturais das comunidades, dos bens imóveis urbanos e rurais, públicos e privados de relevância histórica ou cultural;
- Diagnóstico do Patrimônio Imaterial, em respeito ao Decreto n. 3551, de 04.08.2000 (cfme. definição da UNESCO, “patrimônio cultural e imaterial constitui o conjunto das manifestações culturais, tradicionais e populares, fruto da criação coletiva que emana de uma comunidade”).

- **Análises científicas e avaliações**

Com a conclusão dos trabalhos de campo são desenvolvidas diferentes atividades em laboratório, que compreendem:

- Organização dos materiais e informações coletados em campo;
- Processamento e curadoria do material arqueológico coletado;
- Informatização das fichas de cadastro de sítios arqueológicos, seguindo o modelo definido pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional);
- Produção gráfica das plantas de sítio, perfis topográficos, croquis etc.;
- Organização do acervo fotográfico da pesquisa;
- Análise do material e informações coletados;
- Sistematização das informações documentais obtidas pela equipe de campo (fichas, descrições, cadernetas de campo, plantas de sítio, perfis estratigráficos, mapas);
- Participação de reuniões internas e externas;
- Redação de Relatório Final.

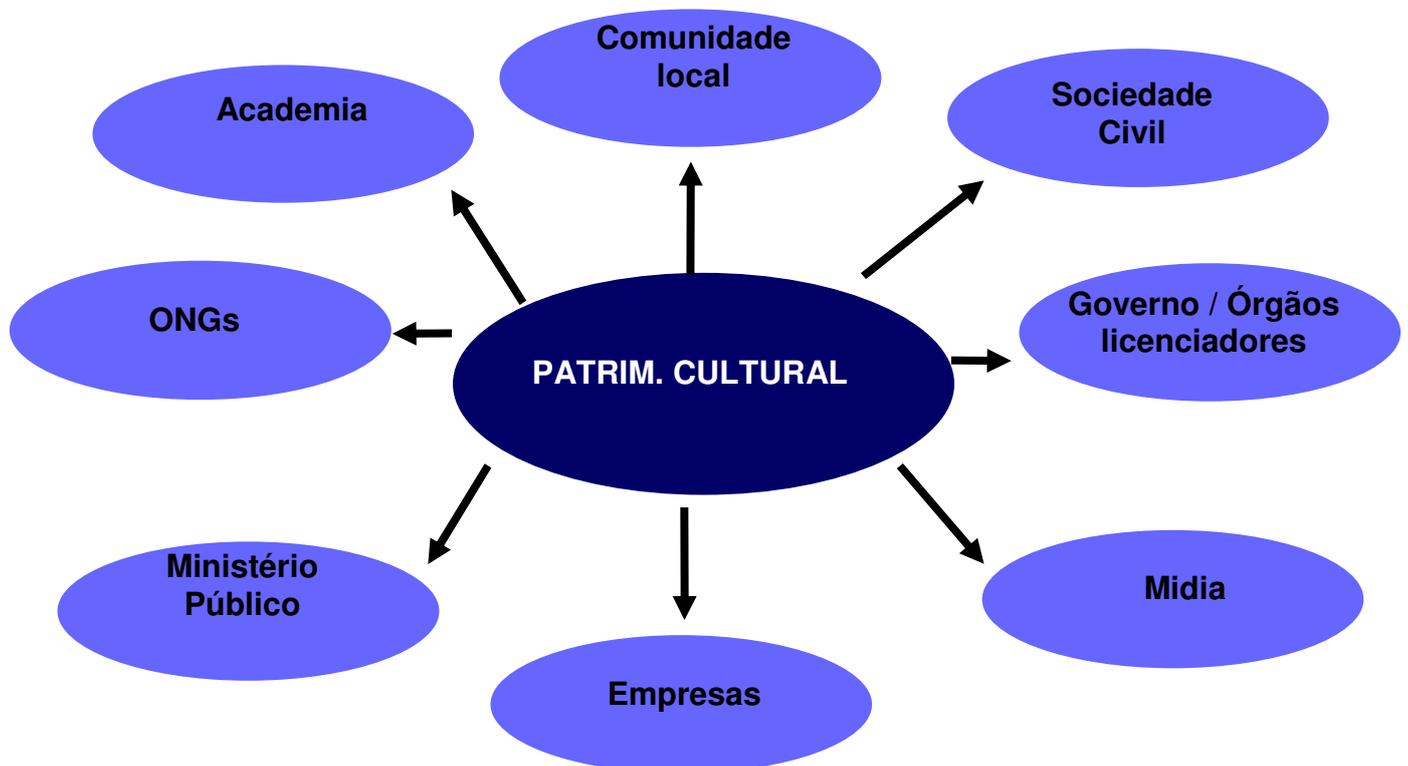
O resultado de cada uma das etapas ocorrerá através do fornecimento dos Resultados Finais em plataforma eletrônica (CD), contendo:

- Vídeos e entrevistas
- Banco de Imagens
- Cadastro de Patrimônio Edificado
- Cadastro de Sítios Arqueológicos
- Sumário Executivo (em power-point)
- Relatório final (formato E-Book)

8. PARTES INTERVENIENTES / STAKEHOLDERS

Stakeholder, ou “parte interveniente” (ou ainda, interessada), diz respeito a todos os envolvidos em um processo. O alcance dos objetivos depende da participação de suas partes interessadas, e por isso é necessário assegurar que suas expectativas e necessidades sejam conhecidas e consideradas pelos gestores.

Ao longo do tempo a prática da Arqueologia se ampliou tanto em relação à sociedade, como também a grupos governamentais e não governamentais, abrindo um leque variado de stakeholders com os quais deve saber lidar. A figura abaixo sintetiza estas atuais partes intervenientes da prática arqueológica. O presente texto traz, assim, o lay-out de pesquisa definido através da abordagem científica, embora deva incorporar os objetivos, percepções e anseios da comunidade, em um processo dinâmico colaborativo e participativo.



9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

O presente Programa tem duração prevista de 6 meses. O quadro abaixo traz as principais macro-atividades em uma divisão cronológica de seu desenvolvimento.

Atividade	Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05	Mês 06
- Gerenciamento on-line do Projeto pelo empreendedor						
- Documentação dos trabalhos junto ao IPHAN						
- Análise cartográfica e bibliográfica						
- Formação de equipe e reuniões de trabalho						
- Ajustes metodológicos e operacionais para trabalhos de campo						
- Etapa de campo						
- Processamento dos dados e materiais coletados em campo						
- Reuniões com Contratante						
- Elaboração relatório final						

10. EQUIPE

A equipe de trabalho estará sendo formada pelos seguintes profissionais (vide currículos em anexo)

Profa. L.D. Dra. Erika M. Robrahn-González
(Coordenação geral. Arqueóloga e Historiadora)

Ms.Wagner Gomes Bernal (Arqueólogo)

Pedro Narciso (Arqueólogo)

Paulo Afonso Vieira (Arqueólogo)

Douglas de Moraes (Arqueólogo)

Kelly C. Melo (Geógrafa)

Rodolfo A. da Luz (Geógrafo)

Rodrigo Silva (Historiador)

Everaldo Silva (Arquiteto)

Além desta equipe participarão diferentes técnicos ao longo de todo o andamento do Programa (técnicos de campo e técnicos de laboratório).

11. BIBLIOGRAFIA

- ANJOS, Fernanda M. F. dos. **Engenho São Jorge dos Erasmos. Uma análise interdisciplinar do documento na arqueologia histórica.** São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – MAE, USP, 1998.
- ARAUJO FILHO, José R. de. O sítio e a vocação portuária de Santos. INSTITUTO de Geografia – USP. **Geografia Urbana.** São Paulo, 5, 1969.
- ARQUIVO Municipal de Santos. **Inventário Fundo Milícias.** Santos: s.c.e., 1997.
- ABREU, C. de. **Capítulos de História Colonial (1500 - 1800).** Rio de Janeiro: Briguiet, 1954. 4^a. ed.
- _____. **Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil.** São Paulo/ Belo Horizonte: Edusp/ Itatiaia, 1989.
- AGASSIZ, Luiz & Elizabeth. **Viagem ao Brasil.** Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ Edusp, 1975.
- AMARAL, Antônio Barreto do. **Dicionário de História de São Paulo.** São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1980. Coleção Paulística, vol. 19.
- ANAIS do IX congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, 1997.** Rio de Janeiro: Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2000. Cd-Rom.
- ANDRADE LIMA, Tânia; FONSECA, Marta P. R. da; SAMPAIO, Ana C. de O. et. alli. A Tralha Doméstica em Meados do Século XIX: Reflexos da Emergência da Pequena Burguesia do Rio de Janeiro. **Dédalo,** São Paulo: Publicação Avulsa, 1989, 1, p. 205-230.
- _____. Arqueologia histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). **Anais do Museu Paulista,** São Paulo, nova série, número 1, p. 225-262, 1993.
- ANDREATTA, Margarida D; CHERMANN, D.; FERNANDES, V. *et alli.* Salvamento arqueológico do Sítio Taboão, Mogi das Cruzes, SP. **Resumos da X Reunião Científica da Sociedade Brasileira de Arqueologia.** São Paulo: Sociedade Brasileira de Arqueologia, 1999.
- ARAUJO, Astolfo G. de M. & CARVALHO, Marcos R. R. de. A louça inglesa do século XIX: considerações sobre a terminologia e metodologia utilizadas no sítio Florêncio de Abreu, São Paulo. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia,** São Paulo, 3, 81-95, 1993.

ARNOLD III, J. Barto. Marine magnetometer survey of archaeological materials near Galveston, Texas. **Historical Archaeology**, Tucson (Society for Historical Archaeology), vol. 21, n.º. 2, p. 18-47, 1987.

_____; CLAUSEN, Carl. A magnetometer survey with electronic positioning control and calculator-plotter system. **Historical Archaeology** Tucson (Society for Historical Archaeology), vol. 09, p. 26-40, 1975.

ATLAS Histórico - Isto É Brasil, 500 anos. S. Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1998.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagens pelas Províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858).** B. Horizonte/ S. Paulo: Itatiaia/ Edusp, 1980.

AZEVEDO, Fernando J. A. (curador) **São Paulo, população: 25.000 habitantes.** São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2002.

BAHN, Paul G. (coord.). **The Cambridge illustrated history of archaeology.** Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

BASS, George F. **Arqueologia Subaquática.** Lisboa: Editorial Verbo, 1971.

BATE, Luis F. **El proceso de investigación en arqueología.** Barcelona: Crítica, 1998.

BAVA DE CAMARGO, Paulo Fernando. **Arqueologia das fortificações oitocentistas da planície costeira Cananéia/ Iguape, SP.** São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – MAE, USP, 2002.

BELLOTTO, Heloísa L. **Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: O Governo do Morgado de Mateus em São Paulo.** São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.

BELLUZZO, Ana M. de Moraes. **O Brasil dos viajantes. A construção da paisagem.** Salvador: Metalivros/ Fundação Odebrecht, 1994.

BELMONTE. **No Tempo dos Bandeirantes.** São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1980. p. 11-26: A Fortificação. Coleção Paulística, vol. 20.

BLASI, Oldemar; GAISSLER, Miguel. **Projeto arqueológico complexo arquitetônico fazenda Mato Dentro.** Campinas: Oldemar Blasi, 1999. Folheto.

BOXER, C. R. **A idade de Ouro do Brasil.** São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1963.

BRANCANTE, Eldino da Fonseca. **Brasil e a Cerâmica Antiga.** São Paulo: Lithografica Ypiranga, 1981.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **A “colônia” alemã de Santos e a construção do “perigo alemão”: da formação ao “expurgo” (1822-1943)**. São Paulo, 1996. Tese (Doutorado em História Social) – Dep. de História, USP, 1996.

CARTA da Província de São Paulo. Rio de Janeiro: Laemmert & Cia, 1887. Várias escalas.

CARTA náutica n.º. 1701. Brasil - Costa Sul. **Porto de Santos**. Levantamentos efetuados pela Marinha do Brasil até 1959. Escala natural: 1:23000 na lat. 24°00'. Atualizada em 28/02/1970.

CARTA náutica n.º. 1701. Brasil - Costa Sul. **Porto de Santos**. Levantamentos efetuados pela Marinha do Brasil até 1975. Escala natural: 1:23000 na lat. 24°00'. Atualizada em 31/08/1987.

CETESB. **Carta do meio ambiente e sua dinâmica**. São Paulo, 1985.

CODESP. **Porto de Santos**. Santos: s. c. e., 198?. Folheto.

COSTA E SILVA SOBRINHO. **Santos Noutros Tempos**. Santos: s.c.e., 1953.

_____. **Romagem pela terra dos Andradas**. São Paulo: Livraria Freitas Bastos, 1957.

_____. **450 anos de história**. Santos: Gráfica Comercial, 199?.

_____. **Santos na história do Brasil**. Santos: grupo Rodrimar, 2000.

CALDARELLI, Solange. **Lições da pedra. Aspectos da ocupação pré-histórica no vale médio do rio Tietê**. São Paulo, 1983. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH, USP, 1983.

_____. A arqueologia do interior paulista evidenciada por suas rodovias. **Revista de Arqueologia**. São Paulo, SAB, 14-15: 29-55, 2001-2002.

CALIXTO, Benedito. **Capitanias Paulistas**. São Paulo: Casa Duprat e Mayença, 1927. 2ª edição.

CAMBI, Franco; TERRENATO, Nicola. **Introduzione all'archeologia dei paesaggi**. Roma: La Nuova Itália Scientifica, 1997.

CAMPOS, Marysilda Couto. **Dados parciais sobre a produção de óleo de baleia da armação de Bertioiga, SP**. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – MAE, USP, 1997.

- CANABRAVA, Alice Piffer. **O comércio português no rio da Prata (1580-1640)**. Belo Horizonte/ S. Paulo: Itatiaia/ Edusp, 1984.
- CAPRI, Roberto. **São Paulo e seu maravilhoso progresso, 1924**. São Paulo: s. c. e., 1926. 2ª. Edição.
- COMISSÃO do IV centenário. **São Paulo Antigo: plantas da cidade**. São Paulo: s.c.e., 1954. Mapas.
- CONDEPHAAT. **Patrimônio cultural paulista. CONDEPHAAT, bens tombados (1968-1998)**. São Paulo: Imprensa Oficial, 1998.
- _____. **Guichês e processos (1968-2001)**. São Paulo: Condephaat, 2001. Arquivo digital.
- CONNOR, Melissa; SCOTT, Douglas D. Metal detector use in archaeology: an introduction. **Historical Archaeology**, Tucson, vol. 32, nº. 4, p. 76-85, 1998.
- CORTESÃO, Jaime. **A fundação de São Paulo capital geográfica do Brasil**. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1955. 275p.
- CURY, Isabelle. **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000. 2ª. ed.
- DEPARTAMENTO Estadual de Imprensa e Propaganda. **As cidades históricas de São Paulo: Santos**. São Paulo: Gráfica da Revista dos Tribunais, 1943.
- DE BLASIS, Paulo A. D. **Salvamento arqueológico no traçado do gasoduto Bolívia – Brasil (GASBOL) no Estado de São Paulo – trecho Paulíni/ rio Paraná**. São Paulo: s. c. e., 1998. Relatório técnico.
- _____. & PIEDADE, Sílvia C. M. As pesquisas do Instituto de Pré-História e seu acervo: balanço preliminar e bibliografia comentada. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 5, 165-188, 1991.
- DEETZ, James. **In Small Things Forgotten**. Nova York: Anchor Books, 1996.
- EGAS, Eugênio. **Galeria dos Presidentes de São Paulo**. São Paulo: OESP, 1927.
- EDGERTON, Harold E. Underwater archaeological search with sonar. **Historical Archaeology**, Tucson (Society for Historical Archaeology), vol. 10, p. 46-53, 1976.
- ENCYCLOPEDIA of underwater and maritime archaeology**. London/ New Haven: Yale University Press, 1997.
- FIGUTI, Levy. Economia/Alimentação na Pré-História do Litoral de São Paulo. TENÓRIO, Maria Cristina (org.). **Pré-História da Terra Brasilis**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999. P. 197-204.

- FUNDAÇÃO Getúlio Vargas. **Influência econômica do porto de Santos.** São Paulo: Agir, 1980.
- FONSECA, O. M. Z. A Arqueologia como História. **Dédalo**, São Paulo, vol. 28, p. 39-62, 1990.
- FLORENCE, Hercules. **Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829.** São Paulo: Cultrix/ Edusp, 1977.
- FUNARI, Pedro P. Abreu. **Cultura material e arqueologia histórica.** Campinas: IFCH-Unicamp, 1998.
- GITAHY, Maria L. Caira. **Ventos do Mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914.** São Paulo/ Santos: Unesp/ Pref. Mun. De Santos, 1992.
- GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil.** Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ Edusp, 1975. P. 80-81.
- GERODETTI, João E. & CORNEJO, Carlos. **Lembranças de São Paulo: o litoral paulista nos cartões-postais e álbuns de lembranças.** São Paulo: Solaris edições culturais, 2001.
- GIBBON, G. **Anthropological archaeology.** Nova York: Columbia University Press, 1984.
- GODOY, Joaquim Floriano de. **A Província de São Paulo. Trabalho estatístico, histórico e noticioso.** São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978.
- GONÇALVES, Daniel Issa. **O Peabiru: uma trilha indígena cruzando São Paulo.** São Paulo: FAU-USP, 1998. Cadernos de Pesquisa do LAP.
- GOULD, Richard A. **Recovering the past.** Albuquerque: University of New Mexico Press, 1990.
- GAGLIARDI, Vilma Lúcia. **A casa grande do Tatuapé.** São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico – PMSP, 1983.
- GUIDI, Alessandro. **I metodi della ricerca archeologica.** Bari: Editori Laterza, 1998. 3 a. edição.
- HARRIS, Edward C. **Principios de estratigrafía arqueológica.** Barcelona: Editorial Crítica, 1991.
- HISTORICAL ARCHAEOLOGY.** Tucson: Society for Historical Archaeology, 1967-Trimestral. CD-ROM. Coletânea dos volumes 1-23, 1967-1989.

- HODDER, Ian. **Interpretación en arqueología – corrientes actuales**. Barcelona: Crítica, 1994. 2ª. Edição.
- HOLANDA, Sérgio B. de. **Caminhos e fronteiras**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975. 2ª. Edição.
- HUME, Ivor Noël. **A Guide to Artifacts of Colonial America**. Nova York: Borzoi/ Knopf, 1986.
- IBGE. **Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju**. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.
- _____. **Noções básicas de cartografia**. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. Série Manuais técnicos em geociências, n.º. 8.
- INSTITUTO Geográfico e Cartográfico. **Municípios e distritos do Estado de São Paulo**. São Paulo: Instituto Geográfico e Cartográfico, 1995.
- IPHAN. **Cadastro nacional de sítios arqueológicos**. Site www.iphan.gov.br
- JACOBUS, André L. **Resgate arqueológico e histórico do registro de Viamão (Guarda Velha, Santo Antonio da Patrulha/ RS)**. Taquara, 1996. Dissertação (Mestrado em História) – IFCH, PUC-RS, 1996.
- JAMESON, J.H. & Sherene BAUGHER (Eds). **Past Meets \present**. Springer, 2007
- KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de Viagens e Permanências no Brasil – Províncias do Sul**. São Paulo: Martins/ Edusp, 1972.
- KLAMER, A. **Handbook of Cultural Economics** Towse, R. (ed.) Edward Elgar, 2003
- LANNA, Ana L. Duarte. **Uma cidade na transição. Santos: 1870-1914**. São Paulo, 1994. Tese (Doutorado em História) – Dep. de História, USP, 1994.
- _____. Santos 1870-1914: transformações urbanas e sociais. SAMPAIO, Maria R. A. de (coord). **Habitação e cidade**. São Paulo: FAU-USP, 199?.
- LOURENÇO, Maria C. França *et alli*. **Bens imóveis tombados ou em processo de tombamento da USP**. São Paulo: Edusp, 1999.
- LEMOS, Carlos A. C. **Alvenaria burguesa**. São Paulo: Nobel, 1989. 2ª. Edição.
- _____. **Casa Paulista**. São Paulo: Edusp, 1998.
- LEPSCH, Igo F. **Formação e conservação dos solos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2002.

- LIBERALESSO, E. **Salto - história, vida e tradição**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2000. 2ª. ed.
- LORÊDO, Wanda M. **Manual de conservação em arqueologia de campo**. Rio de Janeiro: IPHAN-DEPROT, 1994.
- LOURENÇO, Maria C. França *et alli*. **Bens imóveis tombados ou em processo de tombamento da USP**. São Paulo: Edusp, 1999.
- MAWAKDIYE, Alberto. Liderança Ameaçada: falta de competitividade compromete futuro do porto de Santos. **Problemas Brasileiros**. São Paulo, 353, ano 15, 2002. P. 4-11.
- MONTALVÃO, Achilles. **Mapa geral do Estado de São Paulo em 1902**. Várias escalas.
- MADRE DE DEUS, Gaspar. **Memórias para a História da Capitania de São Vicente**. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ EdUSP, 1975.
- MAPA - Imagens da Formação Territorial Brasileira**. Rio de Janeiro: Fund. E. Odebrecht, 1993.
- MARANCA, Silvia; SILVA, A. L. M.; SCABELLO, A. M. P. Projeto Oeste Paulista de arqueologia do baixo e médio vale do rio Tietê: síntese dos trabalhos realizados. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n.º 5, p. 223-226, 1995.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. **A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850**. São Paulo: Pioneira/ Edusp, 1973.
- MARQUES, M. E. de Azevedo. **Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo**. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ Edusp, 1980.
- MARX, Murillo. **Cidade no Brasil – terra de quem?** São Paulo: Nobel/ Edusp, 1991.
- MAXIMINO, Eliete P. Brito. **Porto de Santos e o portinho dos Piratas em retrospectiva: um estudo de arqueologia industrial**. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado em Arqueologia) – MAE, USP, 1997.
- MAWE, John. **Viagens ao Interior do Brasil**. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ Edusp, 1978.
- MC CAIN, R. Definig cultural and artistic goods. **Handbook of the Economics of Art and Culture**. Ginsburgh, North Holland, Amsterdam, 2006

MELLO NÓBREGA, Humberto de. **História do rio Tietê**. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ Edusp, 1981.

MEMÓRIA urbana: a Grande São Paulo até 1940. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial, 2001. 3 v. il. Fotos.

MINISTÉRIO DA CULTURA; IPHAN. **Bens móveis e imóveis inscritos nos livros do tomo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994. 4^a. Edição.

MIRA, Ricardo G; José M. S. CAMESELLE & José R. MARTÍNEZ (Eds.) **Culture, Environment Action and Sustainability**. Hogrete & Huber, Spain, 2002

MONTEIRO, J. Manuel. **Negros da Terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

MORAES, Antonio C. Robert. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil. Elementos para uma geografia do litoral brasileiro**. São Paulo: Hucitec/ Edusp, 1999.

MORAIS, JOSÉ L. Projeto Paranapanema: avaliação e perspectiva. **Revista de Antropologia**, São Paulo, 24, 1990: 142-147.

_____. Salvamento arqueológico na área de influência da pch Moji Guaçu. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 5, 77-98, 1995.

_____. **Engenho São Jorge dos Erasmos – estudos de arqueologia da paisagem**. São Paulo, 1999. Relatório técnico.

_____. **Arqueologia da região Sudeste**. Revista USP, São Paulo, n.º. 44, p. 194-217, 2000.

_____. **Resgate arqueológico na área de influência da duplicação das rodovias SP 342 e SP 346. Preservação do sítios Ypê e Mota Pais**. São Paulo: s. c. e., 2002. Relatório técnico.

MORSE, Richard M. **Formação histórica de São Paulo**. São Paulo: Difel, 1970.

MOTA, Carlos G. (org.). **1822 - Dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1972. P. 160-184.

_____. (org.). **Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias**. S. Paulo: Senac, 2000.

MOURA, Carlos E. de (org.). **Vida cotidiana em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Ateliê Editorial/ Unesp/ Imprensa Oficial do Estado, 1999.

MÜLLER, Daniel Pedro. **Ensaio d' um Quadro Estatístico da Província de São Paulo**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978.

NAGANIMI, Marilda. Engenharia e técnicas de construções ferroviárias e portuárias no Império. VARGAS, Milton (org.). **História da técnica e da tecnologia no Brasil**. São Paulo: Unesp/ Ceeteps, 1994. P. 131-161.

NAUTICAL Archaeology Society. **Archaeology Underwater. The NAS guide to principles and practice**. Londres: Archetype/ NAS, 1998.

OLIVEIRA, António R. V. de. **Memória Sobre o Melhoramento da Província de São Paulo**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978. Coleção Paulística, vol. 6.

OLIVEIRA, J. J. Machado d'. **Quadro Histórico da Província de São Paulo**. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, 1978. Coleção Paulística, vol. 4.

ORSER JR., Charles. **Introdução à Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

PINACOTECA do Estado de São Paulo. **Benedito Calixto: memória paulista**. São Paulo: Projeto eds. Associados/ Banespa/ Pinacoteca, 1990.

PLENS, Cláudia R. **Terra, madeira e fogo: arqueologia da São Paulo oitocentista**. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – MAE, USP, 2002.

POLIANTÉIA – 450 anos de brasilidade. São Vicente: Caudex, 1982.

PRADO JR. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 5^a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1966. p. 139-153: Formação dos Limites Meridionais do Brasil.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS. CONDEPASA. **Relação dos bens tombados**. Site www.santos.sp.gov.br. Dados obtidos em 05/11/2002.

PRESENÇA da Força Aérea na Baixada Santista. Santos: s. c. e., 1978.

PRESTES MAIA, Francisco. **Plano regional de Santos**. São Paulo: Saraiva, 1950.

PARELLADA, Cláudia I. Análise da malha urbana de Villa Rica del Espiritu Santo. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 5, 51-61, 1995.

PETRONE, Pasquale. O povoamento antigo e a circulação. **A Baixada Santista: aspectos geográficos**. São Paulo: Edusp, 1965. Volume II, p. 11-138.

_____. **Aldeamentos Paulistas**. São Paulo: Edusp, 1995.

- PINACOTECA do Estado de São Paulo. **Benedito Calixto: memória paulista**. São Paulo: Projeto eds. Associados/ Banespa/ Pinacoteca, 1990.
- PINSKY, V.; WYLIE, A. **Critical traditions in contemporary archaeology**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1995. p. 117-135.
- PINTO, Adolpho A. **História da viação pública de São Paulo**. São Paulo: governo do Estado, 1977. 2ª. Edição.
- PLENS, Cláudia R. **Terra, madeira e fogo: arqueologia da São Paulo oitocentista**. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – MAE, USP, 2002.
- PRADO JR. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 5ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1966. p. 139-153: Formação dos Limites Meridionais do Brasil.
- PROJETO Fronteira Ocidental - arqueologia e história - Vila Bela da Santíssima Trindade/ MT**. São Paulo: Zanettini Arqueologia/ Governo de Mato Grosso, 2002. Relatório final da fase 1.
- PROUS, André. **Arqueologia brasileira**. Brasília: Edunb, 1992.
- RAHTZ, Philip. **Convite à arqueologia**. Rio de Janeiro: Imago, 1989.
- RAMBELLI, Gilson. O abandono do patrimônio arqueológico subaquático no Brasil: um problema para a arqueologia brasileira. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 7, p. 177-180, 1997.
- _____. **A arqueologia subaquática e sua aplicação à arqueologia brasileira: o exemplo do baixo vale do Ribeira de Iguape**. 1998. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP: Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, São Paulo, 1998.
- _____. Turismo e patrimônio cultural subaquático: problemas e perspectivas. **Jornada de turismo, meio ambiente e patrimônio cultural, 1**. São Paulo: Unibero, 2001. p. 88–92.
- _____. **Arqueologia até debaixo d'água: uma introdução à arqueologia subaquática**. São Paulo: Maranta, 2002 (no prelo).
- _____. **Arqueologia Subaquática do Baixo Vale do Ribeira**. Tese (Doutorado em Arqueologia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP: Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, São Paulo, 2003.
- _____; BAVA DE CAMARGO, P. F.; CALIPPO, F. C. **O Brasil hoje tem arqueologia subaquática**. Disponível em: <<http://www.naufragios.com.br>>. Acesso em: 19/06/2000.

_____. A campanha de arqueologia subaquática do Projeto Arade (ProArade) 2002, Portugal: a participação brasileira. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 12, 2002.

_____. A arqueologia subaquática no Brasil: aspectos legais. MANISCALCO, Fabio (org.). **MEDITERRANEUM. Tutela e valorizzazione dei beni culturali ed ambientali**. Napoli: ISFORM, 2004. Vol. III. RATHJE, William; MURPHY, Cullen. **Rubbish! The archaeology of garbage**. Nova York: HarperPerennial, 1993.

REIS, Nestor Goulart. **Memória do transporte rodoviário: desenvolvimento das atividades rodoviárias de São Paulo**. São Paulo: CPA, 199?.

_____. **Imagens do Brasil colonial**. S. Paulo: Edusp/ Imprensa Oficial do Estado/ FAPESP, 2000.

_____. **Evolução urbana do Brasil, 1500-1720**. S. Paulo: Pini, 2000. 2ª. Ed.

RENFREW, Colin; BAHN, Paul. **Arqueología. Teorías, métodos y práctica**. Madri: Akal, 1993.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika M.; ZANETTINI, Paulo E. **Jacareí às vésperas do descobrimento: a pesquisa arqueológica no sítio Santa Marina**. Jacareí: O Expresso, 1999.

_____. **Diagnóstico arqueológico da área de influência direta (AII) – Santa Maria da Serra**. Cotia: Documento, 1998.

_____. **Diagnóstico arqueológico da área diretamente afetada (ADA) – Santa Maria da Serra**. Cotia: Documento, 1999.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E.M. & P. E. Zanettini. **Programa de diagnóstico arqueológico Terminal Portuário EMBRAPORT - SP**. Cotia: Documento, 2003. Relatório técnico.

RODÁ, Isabel (org.). **Ciencias, metodologías y técnicas aplicadas a la arqueología**. Barcelona: Fundació “La Caixa”/ Universitat Autònoma de Barcelona, 1992.

ROSS, Jurandyr L. S. & MOROZ, Isabel C. **Mapa geomorfológico do Estado de São Paulo**. São Paulo: Lab. de Geomorfologia (Geografia - FFLCH - USP)/ Lab. de Geotécnica Aplicada - Geologia Aplicada - IPT/ FAPESP, 1997.

_____. (org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2003. 4ª. ed.

ROTEIROS e notícias de São Paulo colonial. São Paulo: Governo do Estado, 1977. Coleção Paulística, vol. 1.

SANEAMENTO de Santos. **Projeto de abastecimento d'água à cidade de Santos, Brasil.** Folha III, 1894. Escala 1:4000.

SANEAMENTO de Santos. **Carta da cidade de Santos mostrando as casas, as divisões de propriedades, as linhas de bonds e os calçamentos.** Folha XXVIII, 1894.

SILVA, Fernando Teixeira da. **A carga e a culpa.** São Paulo/ Santos: Hucitec/ Pref. Mun. De Santos, 1995.

SILVA, Gerardo & COCCO, Giuseppe. **Cidades e portos: os espaços da globalização.** Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

SOUSA, Alberto. **Os Andradas.** São Paulo: Typographia Piratininga, 1922. Vol. I.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de São Paulo.** São Paulo: Martins/ Edusp, 1972.

SANT'ANNA, Nuto. **São Paulo Histórico.** São Paulo: Departamento de Cultura, 1944a. V. 4.

_____. **São Paulo Histórico.** São Paulo: Departamento de Cultura, 1944b. V. 6.

_____. **Metrópole.** São Paulo: Departamento de Cultura, 1950. V. 1.

_____. **São Paulo no século XVIII.** São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1977.

SCHUYLER, Robert L. **Historical Archeology - A Guide to Substantive and Theoretical Contributions.** Nova York: Baywood Publishing Company, 1978. p. 91-138.

SCATAMACCHIA, Maria C. Mineiro & UCHÔA, Dorath P. O contato euro-indígena visto através de sítios arqueológicos do Estado de São Paulo. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, vol. 7, p. 153-173, 1993.

_____. & FRANCHI, Cleide. O levantamento das estruturas do antigo aldeamento de Barueri como exemplo da pesquisa arqueológica em área urbana. **Revista de Arqueologia**. São Paulo, SAB, 14-15: 75-85, 2001-2002.

SOUSA, Alberto. **Os Andradas.** São Paulo: Typographia Piratininga, 1922. Vol. I.

- SECRETARIA Municipal de Planejamento e Meio Ambiente. **Índios e africanos na Jundiá Colonial**. Jundiá: Sec. Mun. de Planejamento e Meio Ambiente, 2002. Série Memórias, vol. 3, 84 p.
- SLEMIAN, A.; MARTINS, A. C.; PIMENTA, J. P. G. et al. **Cronologia de história do Brasil colonial (1500-1831)**. São Paulo: DH-FFLCH-USP, 1995.
- SNOWBALL, Jeanette D. **Measuring the Value of Culture – Methods and examples in Cultural Economics**, Springer, 2008.
- STADEN, Hans. **Duas Viagens ao Brasil**. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ EdUSP, 1974.
- STELLA, Roseli Santaella. **O domínio espanhol no Brasil durante a monarquia dos Felipes, 1580-1640**. São Paulo: Unibero/ CenaUn, 2000.
- TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. Bauru/ S. Paulo/ Portugal: EDUSC/ UNESP/ I. Camões, 2000.
- UCHÔA, Dorath P. & GARCIA, Caio Del Rio. Ilha do Casqueirinho, Estado de São Paulo, Brasil: dados arqueológicos preliminares. **Arqueologia**. Curitiba, 5, 43-54, 1986.
- _____. & Mello e Alvim, Marília C.; GOMES, João Carlos de O. Demografia esquelética dos “Construtores do Sambaqui” de Piaçaguera, São Paulo, Brasil. **Dédalo**, São Paulo, publicação avulsa, p. 455-470, 1989.
- _____. As ruínas do Abarebebe e o museu da Paisagem. **Leopoldianum**. Santos, v.25, n. 70, 1999. P. 129-147. Revista da Unisantos.
- VARGAS, Milton. **História da técnica e da tecnologia no Brasil**. São Paulo: Ed. Unesp, 1994.
- VITELLI, Karen D. (coord.). **Archaeological ethics**. Walnut Creek: AltaMira Press, 1996.
- WECKMANN, Luis. **La Herencia Medieval del Brasil**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- ZANETTINI, Paulo E. Pequeno Roteiro Para Classificação de Louças Obtidas em Pesquisas Arqueológicas de Sítios Históricos. **Arqueologia - Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas**, Curitiba, UFPr, 1986, vol. 5, p. 117-130.
- _____. **Calçada do Lorena: o caminho para o**. São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – MAE, USP, 1998.

_____ & BAVA DE CAMARGO, P. F. **Cacos e mais cacos de vidro: o que fazer com eles?**. São Paulo: Documento/ Zanettini Arqueologia, 1999.

ZEMELLA, Mafalda P. **O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Hucitec/ Edusp, 1990.

ANEXO 1

MAPA DA ÁREA DO EMPREENDIMENTO

ANEXO 2

ENDOSSO FINANCEIRO

ANEXO 3

ENDOSO INSTITUCIONAL